



PREFEITURA DE
VITÓRIA

PLANO DE CONTINGÊNCIA DA SAÚDE FRENTE AOS DESASTRES NATURAIS NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA-ES

MÓDULO

Movimentos de Massa e
Inundações/Alagamentos

2ª ATUALIZAÇÃO



CHUVAS



DESLIZAMENTOS



ALAGAMENTOS

VITÓRIA -ES
2026

Secretária Municipal de Saúde

Magda Cristina Lamborghini

Subsecretária de Atenção à Saúde

Patrícia Rocha Vedova Pirola

Subsecretário de Apoio Estratégico

Thiago Gaspar Corrêa

Gerente de Atenção à Saúde

Flavio Alves Thomaz

Gerente de Vigilância em Saúde

Geane de Souza Sobral Nascimento

Organização

Gerência de Vigilância em Saúde - SEMUS/GVS

Centro de Vigilância em Saúde Ambiental - SEMUS/GVS/CVSA

Coordenação de Vigilância Epidemiológica – SEMUS/GVS/CVE

**Centro de Informações Estratégicas de Vigilância em Saúde –
SEMUS/GVS/CVE/CIEVS**

Elaboração/Revisão Técnica

Marielle Portugal Lamberti Garcia

Referência Técnica Municipal do Programa Vigidesastres – SEMUS/GVS/CVSA

Cristiany Pietro Dias das Chagas Porto

Apoiadora Ministério da Saúde – Vigidesastres/Vitória-ES

Daniella Messa Kubit

Apoiadora Ministério da Saúde – CIEVS/Vitória-ES

Fabiano José Pereira de Oliveira

Estatístico – SEMUS/GVS

COLABORADORES

Coordenação da Atenção Básica (CAB)
Coordenação da Atenção Especializada (CAE)
Setor de Comunicação da Secretaria de Saúde
Centro de Informações Estratégicas de Vigilância em Saúde (CIEVS)
Gerência da Central de Insumos da Saúde (GCIS)
Gerência de Assistência Farmacêutica (GAF)
Gerência de Licitação (GL)
Gerência de Regulação, Controle e Avaliação (GRCA)
Gerência de Serviços de Apoio e Atenção (GSA)
Gerência do Trabalho em Saúde (GTS)
Programa Municipal de Imunizações (PMI)
Laboratório Central Municipal (LCM)
Vigilância em Saúde de Populações Expostas aos Riscos Associados aos Desastres
(VIGIDESASTRES)
Coordenação de Urgência e Emergência (COUE)
Centro de Vigilância em Saúde Ambiental (CVSA)
Coordenação de Vigilância em Saúde do Trabalhador (CVST)
Coordenação de Vigilância Epidemiológica (CVE)
Vigilância Sanitária (VISA)

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACE – Agente de Combate às Endemias

ACS – Agente Comunitário de Saúde

Adan-SUS – Avaliação de Danos na Saúde – Sistema Único de Saúde

CIEVS – Centro de Informações Estratégicas de Vigilância em Saúde Capital

CIEVS-ES – Centro de Informações Estratégicas de Vigilância em Saúde do Espírito Santo

COE – Comitê Operativo de Emergência

COE-Saúde – Comitê Operativo de Emergência em Saúde

CTS – Central de Transporte Sanitário

CVSA – Centro de Vigilância em Saúde Ambiental

EPI – Equipamento de Proteção Individual

GCIS – Gerência da Central de Insumos de Saúde

GSA – Gerência de Saúde Ambiental

GVS – Gerência de Vigilância em Saúde

LCM – Laboratório Central Municipal

MAPENCO – Mapeamento de Áreas de Risco Geológico-Geotécnico e Monitoramento de Encostas

PCPDC – Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil

PDDU – Plano Diretor de Drenagem Urbana

RAPS – Rede de Atenção Psicossocial

SAMU – Serviço de Atendimento Móvel de Urgência

SEMAS – Secretaria Municipal de Assistência Social

SEME – Secretaria Municipal de Educação

SEMUS – Secretaria Municipal de Saúde

SESA – Secretaria Estadual de Saúde

SUS – Sistema Único de Saúde

US – Unidade de Saúde

VE – Vigilância Epidemiológica

VIGIDESASTRES – Vigilância em Saúde de Populações Expostas aos Riscos aos Desastres

APRESENTAÇÃO

No Brasil, a população convive com uma variedade de desastres ambientais, como secas prolongadas, inundações severas, deslizamentos de terra e incêndios florestais, que impactam milhões de pessoas e desafiam continuamente a capacidade de resposta do setor saúde. Esses eventos, cada vez mais frequentes e intensos, exigem ações articuladas e estruturadas para a proteção da saúde pública.

Nesse contexto, a instituição do Programa Nacional de Vigilância em Saúde dos Riscos Associados aos Desastres (VIGIDESASTRES), por meio da Portaria GM/MS nº 4.185/2022, estabelece um marco importante para o desenvolvimento de estratégias voltadas à vigilância e resposta em saúde frente a esses riscos. A partir dessa diretriz nacional, os municípios passaram a estruturar suas ações locais de forma articulada com a política federal.

Em Vitória, diante do histórico recorrente de desastres naturais, como alagamentos, enxurradas e movimentos de massa, associados às características geográficas, climáticas e sociais do território, torna-se essencial a elaboração de um plano específico que fortaleça a capacidade de resposta da rede municipal de saúde. O Vigidesastres foi implementado em 2021 pela Secretaria Municipal de Saúde (SEMUS/PMV) e consolidado pela Portaria SEMUS nº 041, de 10 de junho de 2024, publicada no Diário Oficial em 13 de junho de 2024. Desde então, o programa passou a integrar o Grupo de Ações Coordenadas da Defesa Civil Municipal (GAC), com acesso ao Sistema Gerenciado de Situações de Risco (SGSR), fortalecendo a articulação intersetorial e o monitoramento das situações de risco no território.

É com base nesse cenário que se estrutura o “Plano de Contingência da Saúde Frente aos Desastres Naturais no Município de Vitória – Módulo Movimentos de Massa e Inundações/Alagamentos”, elaborado pela Secretaria Municipal de Saúde (SEMUS). O plano tem como objetivo orientar e organizar a atuação do setor saúde em situações emergenciais, especialmente diante dos riscos mais frequentes no município.

O documento apresenta diretrizes para as etapas de prevenção, preparação, resposta e recuperação diante dos desastres naturais, alinhado às normativas do Ministério da Saúde e articulado com o Plano Municipal de Proteção e Defesa Civil. Estruturado pelos setores da SEMUS, valoriza a intersetorialidade, a comunicação com a população e a atuação integrada por meio do Comitê Operativo de Emergência em Saúde (COE-Saúde), consolidando-se como uma ferramenta essencial para garantir ações eficazes e coordenadas na gestão de riscos e emergências em saúde pública em Vitória.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	6
2. OBJETIVO	7
2.1. GERAL	7
2.2. ESPECÍFICOS	7
3. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA	8
4. HISTÓRICO, PANORAMA E TENDÊNCIAS DOS DESASTRES NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA-ES	10
4.1. HISTÓRICO DE DESASTRES EM VITÓRIA-ES	10
4.2. PANORAMA DOS DESASTRES NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA-ES	10
5. TIPOLOGIA DOS DESASTRES	13
6. MAPEAMENTO DAS ÁREAS DE RISCO NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA	15
7. REDE DE ATENÇÃO À SAÚDE	18
8. EFEITOS DOS DESASTRES NA SAÚDE	20
9. PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DO TERRITÓRIO	21
10. COMITÊ OPERATIVO DE EMERGÊNCIA EM SAÚDE (COE-SAÚDE)	27
10.1. FUNDAMENTAÇÃO NORMATIVA	27
10.2. COMPOSIÇÃO DO COE-SAÚDE	27
10.3. INSTRUÇÕES PARA ATIVAÇÃO DO COMITÊ OPERATIVO DE EMERGÊNCIA EM SAÚDE (COE-SAÚDE)	28
10.4. INSTRUÇÕES PARA DESATIVAÇÃO DO COMITÊ OPERATIVO DE EMERGÊNCIA EM SAÚDE (COE-SAÚDE)	29
11. ESTRATÉGIAS DO PLANO DE CONTINGÊNCIA	30
12. COMPONENTES E SUAS AÇÕES POR ESTÁGIO OPERACIONAL	33
REFERÊNCIAS	52
APÊNDICES	54
ANEXOS	61

1. INTRODUÇÃO

O Município de Vitória, capital do Estado do Espírito Santo, possui características geográficas e urbanas que o tornam vulnerável à ocorrência de desastres naturais, especialmente movimentos de massa e inundações. Tais eventos vêm se intensificando nos últimos anos, agravados pelas mudanças climáticas globais, pela urbanização acelerada e pela ocupação desordenada de áreas de risco. Diante desse cenário, torna-se imperativo estruturar uma resposta técnica e articulada do setor saúde para enfrentar as situações de emergência de forma eficiente e oportuna.

O presente Plano de Contingência da Saúde Frente aos Desastres Naturais – Módulo Movimentos de Massa e Inundações/Alagamentos – foi elaborado pela Secretaria Municipal de Saúde (SEMUS), com o objetivo de estabelecer diretrizes para a preparação, resposta e recuperação das ações de saúde diante de situações de desastre. Ele se baseia nos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), nas diretrizes do Ministério da Saúde e está alinhado ao Plano Municipal de Proteção e Defesa Civil.

A estrutura do plano segue as diretrizes do Programa Vigidesastres de Vitória, conforme a Portaria SEMUS nº 041/2024 (Anexo A), que organiza a gestão do risco em fases integradas e orientadas pelos componentes de vigilância, planejamento, monitoramento, alerta, comunicação, resposta e reabilitação. Em consonância com essas diretrizes, este plano contempla ações estratégicas e operacionais organizadas em três momentos: Redução de Riscos, Manejo do Desastre (Alerta e Resposta) e Recuperação (Reabilitação e Reconstrução). As ações são estruturadas por componentes da vigilância em saúde, atenção à saúde, assistência farmacêutica, gestão de insumos, comunicação em saúde, laboratório, gestão administrativa, articulando-se com os demais setores da Secretaria Municipal de Saúde, como regulação, controle e avaliação, gestão de serviços de apoio à atenção, gestão de recursos humanos da saúde e gestão de licitação.

A execução do plano exige a atuação intersetorial e contínua entre os diversos setores da SEMUS, bem como a integração com outros órgãos municipais, estaduais e federais, visando garantir a proteção da saúde da população e a resiliência dos serviços públicos diante dos eventos adversos.

Assim, este documento se configura como um instrumento técnico e de gestão fundamental para o fortalecimento da capacidade de resposta do município, minimizando os impactos dos desastres sobre a saúde pública e promovendo uma atuação articulada, eficaz e humanizada.



2. OBJETIVO

2.1. GERAL

Propor diretrizes para a organização, preparação e resposta da Secretaria Municipal de Saúde, orientando a atuação do setor saúde do município de Vitória diante de emergências em saúde pública decorrentes de desastres naturais, especialmente movimentos de massa e inundações, de modo a assegurar uma resposta coordenada, oportuna e eficaz da rede municipal de saúde.

2.2. ESPECÍFICOS

- Fortalecer a vigilância e a resposta em saúde frente a desastres associados a chuvas intensas e movimentos de massa.
- Promover a articulação intra e intersetorial entre os órgãos municipais, estaduais e federais.
- Garantir assistência integral e contínua à população afetada, com foco nas populações em vulnerabilidade.
- Reduzir riscos e minimizar os impactos sanitários, ambientais, sociais e econômicos.
- Assegurar a ativação e desativação adequada do Centro de Operações de Emergência em Saúde (COE-Saúde Vitória).

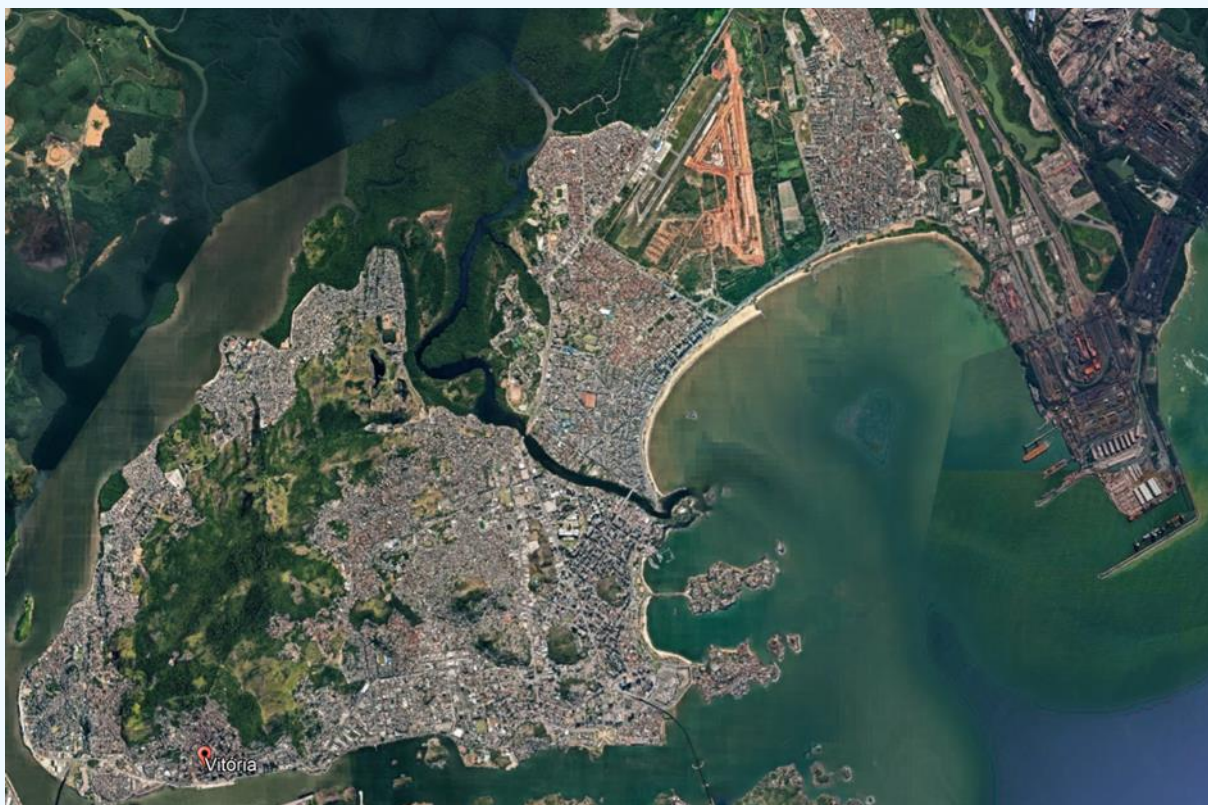


3. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA

Vitória é a capital do estado do Espírito Santo, localizado na Região Sudeste do Brasil. Integra a Região Metropolitana de Vitória, composta também pelos municípios de Cariacica, Fundão, Guarapari, Serra, Viana e Vila Velha. O município limita-se ao norte com Serra, ao sul com Vila Velha, ao oeste com Cariacica e ao leste com o oceano Atlântico.

O território de Vitória abrange uma área de aproximadamente 97 km², composta por uma ilha principal (29,37 km²), uma porção continental ao norte (34,35 km²) e uma área peninsular, incluindo a Ilha Oceânica de Trindade (Figura 1). Segundo estimativa do IBGE (2024), a cidade possui uma população de 342.800 habitantes e uma densidade demográfica de 3.324,33 habitantes por km².

Figura 1. Imagem via satélite do município de Vitória-ES.



Fonte: Google Earth, 2023.

O clima é tropical, com temperatura média anual em torno de 23 °C e maior incidência de chuvas entre os meses de outubro e janeiro. No inverno, ocorrem variações térmicas significativas, com máximas de até 30 °C em períodos de seca e mínimas de 12 °C quando frentes frias são intensificadas pelo resfriamento anômalo do oceano.



A hidrografia do município é marcada pela bacia do rio Santa Maria da Vitória, cuja área de drenagem é de aproximadamente 1.660 km². O rio principal percorre cerca de 122 km até desaguar na Baía de Vitória, formando um delta junto ao Canal dos Escravos e aos rios Bubu, Itanguá, Formate-Marinho e Aribiri. Na Ilha de Vitória, os cursos d'água são limitados a pequenos córregos, em geral canalizados.

O período chuvoso, de outubro a março, representa a fase mais crítica para a ocorrência de desastres hidrometeorológicos, como alagamentos e deslizamentos. As chuvas intensas e concentradas em curtos intervalos de tempo têm causado, com frequência, prejuízos à população, especialmente nas áreas de morro e regiões vulneráveis. Neste contexto, os esforços preventivos e os recursos destinados à resposta emergencial tornam-se essenciais para a proteção da população e a redução dos danos.

De acordo com dados do IBGE (2025), Vitória apresenta um Produto Interno Bruto (PIB) per capita de R\$ 85.035,67 (referente ao ano de 2021) e um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,845, conforme dados do Censo de 2010, indicando alto nível de desenvolvimento humano.

Em relação ao trabalho e ao rendimento, o salário médio mensal dos trabalhadores formais, em 2022, foi de aproximadamente 3,7 salários-mínimos. O total de pessoas ocupadas no município chegou a 262.574, correspondendo a 81,33% da população economicamente ativa.

Na área da educação, Vitória apresenta uma taxa de escolarização de 99,24% entre crianças de 6 a 14 anos (dados de 2022). O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), referente ao ano de 2023, foi de 6,1 para os anos iniciais e 4,9 para os anos finais do ensino fundamental na rede pública. Em 2024, o município contava com 90 estabelecimentos de ensino fundamental e 35 unidades de ensino médio.



4. HISTÓRICO, PANORAMA E TENDÊNCIAS DOS DESASTRES NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA-ES

4.1. HISTÓRICO DE DESASTRES EM VITÓRIA-ES

A cidade de Vitória, capital do Espírito Santo, apresenta características geográficas únicas, sendo uma ilha de relevo acidentado, composta por encostas íngremes e áreas de manguezal.

Desde o século XIX, esses ambientes naturais passaram por intervenções significativas, impulsionadas pela expansão urbana. Aterros foram realizados para construção de moradias, avenidas, equipamentos públicos, como o Aeroporto e a Universidade Federal, além de áreas industriais. Esse processo de urbanização desordenada resultou em ocupações irregulares em áreas de risco, como encostas e regiões sujeitas a alagamentos, agravadas por problemas de drenagem, descarte inadequado de resíduos sólidos e influência das marés.

A ocupação de áreas de maior declividade tem aumentado a vulnerabilidade da população a deslizamentos de encostas e rolamento de blocos rochosos, especialmente durante o período chuvoso, que ocorre entre os meses de outubro a março. A impermeabilização do solo e a redução das áreas verdes dificultam a infiltração da água da chuva, elevando o risco de enxurradas e inundações. A bacia hidrográfica do rio Santa Maria da Vitória, que corta o município, possui uma rede de drenagem pouco expressiva, composta por pequenos córregos canalizados, o que limita ainda mais a capacidade de escoamento das águas pluviais.

Historicamente, o maior desastre natural registrado em Vitória ocorreu em 14 de janeiro de 1985, no “Morro do Macaco”, localizado no bairro de Tabuazeiro. Um grande deslizamento de terra causou 40 mortes, deixou centenas de feridos e cerca de 600 famílias desabrigadas. Diante da tragédia, mais de 200 famílias foram transferidas para o bairro de Feu Rosa, no município da Serra. Embora não tenha havido outro evento com número tão elevado de vítimas fatais desde então, o município segue registrando anualmente ocorrências de menor escala, especialmente durante o verão.

4.2. PANORAMA DOS DESASTRES NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA-ES

Os registros históricos de precipitação em Vitória evidenciam a recorrência de episódios críticos. O maior volume de chuva em 24 horas foi de 212 mm, registrado em 19 de março de 1975. Outros eventos significativos incluem 198,6 mm em maio de 2019, 182,2 mm em janeiro de 2004 e 171,2 mm em março de 2013. Destaca-se ainda o



mês de dezembro de 2013, que foi o mais chuvoso desde 1961, alcançando 713,9 mm acumulados, mais de 200% acima da média histórica, e coincidindo com um pico expressivo de casos de dengue, totalizando 20.232 notificações.

No período de 2015 a 2024, conforme dados do Sistema Integrado de Informações sobre Desastres (S2ID), observa-se a crescente frequência de eventos meteorológicos extremos, como chuvas intensas e tempestades locais, especialmente nos anos de 2019, 2021, 2022, 2023 e 2024. Em 2022, por exemplo, chuvas e vendavais afetaram diretamente 864 pessoas. Além dos eventos naturais, também foram registrados desastres tecnológicos relacionados a obras civis em 2016, 2022 e 2023, incluindo o colapso de uma estrutura de lazer em um edifício residencial, que resultou em uma vítima fatal em 2016.

A Tabela 1 apresenta a análise dos principais desastres ocorridos no município nos últimos nove anos, segundo o S2ID, com o consolidado dos danos informados, organizados por tipologia e ano, no período de 2015 a 2024. Esse panorama reforça a importância da preparação e da resposta coordenada diante dos desastres naturais que atingem o município. A combinação entre vulnerabilidade socioambiental, mudanças climáticas e ocupação irregular coloca Vitória em um cenário de risco permanente, demandando planejamento, ações preventivas e fortalecimento da capacidade de resposta do setor saúde e da gestão pública como um todo.



Tabela 01. Consolidado Relatório de Danos Informados do S2ID (2015-2024).

ANO	REGISTRO	COBRADE	ÓBITOS	FERIDOS	DESABRIGADOS	DESALOJADOS	DESAPARECIDOS	AFETADOS
2015	—	Não houve registros de eventos						
2016	01/03/16	24100 - Colapso de edificações	1	0	0	168	0	0
	09/05/16	14110 - Estiagem	0	0	0	0	0	0
2017	—	Não houve registros de eventos						
2018	24/02/18	12300 - Alagamentos	0	0	4	0	0	0
	26/12/18	11311 - Quedas, Tombamentos e Rolamentos - Blocos	0	0	12	0	0	0
2019	07/06/19	13214 - Tempestade local/Convectiva - Chuvas intensas	0	1	0	7	0	0
2020	—	Não houve registros de eventos						
2021	07/06/21	13214 - Tempestade local/Convectiva - Chuvas intensas	0	0	4	18	0	0
2022	10/01/22	24100 - Colapso de edificações	0	1	0	0	0	0
	15/02/22	13214 - Tempestade local/Convectiva - Chuvas intensas	0	0	11	4	0	668
	14/04/22	13215 - Tempestade local/Convectiva - Vendaval	0	0	0	1	0	196
	28/08/22	13214 - Tempestade local/Convectiva - Chuvas intensas	0	0	0	0	0	0
2023	17/02/23	24100 - Colapso de edificações	0	1	0	0	0	0
	11/12/23	24100 - Colapso de edificações	0	0	0	0	0	0
2024	03/02/24	13214 - Tempestade local/Convectiva - Chuvas intensas	0	0	0	11	0	12
	05/11/24	13214 - Tempestade local/Convectiva - Chuvas intensas	0	0	0	8	0	16
	02/04/24	11321 - Deslizamentos	0	0	0	4	0	0
	15/03/24	13214 - Tempestade local/Convectiva - Chuvas intensas	0	0	0	5	0	16

Fonte: Vigidesastres, com base no Sistema Integrado de Informações sobre Desastres - S2ID, 2025.



5. TIPOLOGIA DOS DESASTRES

Os desastres naturais podem ser classificados como eventos meteorológicos, hidrológicos, climatológicos, geofísicos/geológicos ou provocados por ação humana. A tipificação dos desastres segue a Codificação Brasileira de Desastres (COBRADE), sendo que, em Vitória, os eventos mais recorrentes são movimentos de massa (quedas, rolamentos e corridas de massa), enxurradas e alagamentos. As definições dessas tipologias estão descritas na tabela abaixo.

O quadro 1, a seguir, apresentam-se as principais tipologias registradas no município, acompanhadas de suas descrições e respectivos códigos COBRADE.



Quadro 01. Tipologia COBRADE registrada em Vitória-ES.

GRUPO	SUBGRUPO	TIPO	SUBTIPO	DEFINIÇÃO	CÓDIGO COBRADE
1.Geológicos	Movimento de massa	1. Quedas, tombamentos e rolamentos	1.Blocos	As quedas de blocos são movimentos rápidos e acontecem quando materiais rochosos diversos e de volumes variáveis se destacam de encostas muito íngremes, num movimento tipo queda livre. Os tombamentos de blocos são movimentos de massa em que ocorre rotação de um bloco de solo ou rocha em torno de um ponto ou abaixo do centro de gravidade da massa.	1.1.3.1.1
			2.Lascas	As quedas de lascas são movimentos rápidos e acontecem quando fatias delgadas formadas pelos fragmentos de rochas se destacam de encostas muito íngremes, num movimento tipo queda livre.	1.1.3.1.2
			3. Matacões	Os rolamentos de matacões são caracterizados por movimentos rápidos e acontecem quando materiais rochosos diversos e de volumes variáveis se destacam de encostas e movimentam-se num plano inclinado.	1.1.3.1.3
			4.Lajes	As quedas de lajes são movimentos rápidos e acontecem quando fragmentos de rochas extensas de superfície mais ou menos plana e pouca espessura se destacam de encostas muito íngremes, num movimento tipo queda livre.	1.1.3.1.4
		2. Deslizamentos	1. Deslizamentos de solo e/ou rocha	São movimentos rápidos de solo ou rocha, apresentando superfície de ruptura bem definida, de duração relativamente curta, de massas de terreno geralmente bem definidas quanto ao seu volume, cujo centro de gravidade se desloca para baixo e para fora do talude. Frequentemente, os primeiros sinais desses movimentos são a presença de fissuras.	1.1.3.2.1
		3. Corridas de massa	1. Solo/Lama	Ocorrem quando, por índices pluviométricos excepcionais, o solo/lama, misturado com a água, tem comportamento de líquido viscoso, de extenso raio de ação e alto poder destrutivo.	1.1.3.3.1
			2. Rocha/detrito	Ocorrem quando, por índices pluviométricos excepcionais, rocha/detrito, misturado com a água, tem comportamento de líquido viscoso, de extenso raio de ação e alto poder destrutivo.	1.1.3.3.2
2. Hidrológicos	1. Inundações			Submersão de áreas fora dos limites normais de um curso de água em zonas que normalmente não se encontram submersas. O transbordamento ocorre de modo gradual, geralmente ocasionado por chuvas prolongadas em áreas de planície.	1.2.1.0.0
	2. Enxurradas			Escoamento superficial de alta velocidade e energia, provocado por chuvas intensas e concentradas, normalmente em pequenas bacias de relevo acidentado. Caracterizada pela elevação súbita das vazões de determinada drenagem e transbordamento brusco da calha fluvial. Apresenta grande poder destrutivo	1.2.2.0.0
	3. Alagamentos			Extrapolação da capacidade de escoamento de sistemas de drenagem urbana e consequente acúmulo de água em ruas, calçadas ou outras infraestruturas urbanas, em decorrência de precipitações intensas.	1.2.3.0.0

Fonte: Elaboração Própria, com base na Codificação Brasileira de Desastres (COBRADE), 2025.



6. MAPEAMENTO DAS ÁREAS DE RISCO NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA

O reconhecimento e o mapeamento das áreas de risco no município de Vitória constituem subsídios essenciais para o planejamento e a atuação do setor saúde frente aos desastres naturais, uma vez que permitem identificar territórios mais vulneráveis a eventos como deslizamentos, alagamentos e inundações. Essas informações orientam ações de vigilância, prevenção, preparação e resposta, fortalecendo a capacidade de proteção da população e a articulação intersetorial no enfrentamento de emergências.

Conforme informações apresentadas no Plano Municipal de Proteção e Defesa Civil (PMPDC) – Vitória/ES 2024/2025, o Plano Municipal de Redução de Risco de Vitória (PMRR, 2016) identificou que, dos 81 bairros que compõem o município, 51 apresentam algum tipo de risco geológico ou geotécnico, totalizando 258 setores de risco distribuídos pelo território municipal. Desses, 82 setores foram classificados como R2 – risco médio, 149 setores como R3 – risco alto e 27 setores como R4 – risco muito alto.

O território do município de Vitória é dividido em nove regiões administrativas, sendo elas: Região 01 – Centro, Região 02 – Santo Antônio, Região 03 – Jucutuquara, Região 04 – Maruípe, Região 05 – Praia do Canto, Região 06 – Goiabeiras, Região 07 – São Pedro, Região 08 – Jardim Camburi e Região 09 – Jardim da Penha.

O quadro 02 refere-se ao consolidado dos bairros do município, com a identificação das áreas de risco, seus respectivos setores e graus de risco, organizados por região administrativa. Esses dados subsidiam o planejamento das ações de vigilância em saúde ambiental, vigilância epidemiológica e atenção à saúde, especialmente nas áreas com maior vulnerabilidade, contribuindo para o fortalecimento da resposta integrada do Sistema Único de Saúde (SUS) diante de situações de emergências e desastres naturais.

Quadro 02. Consolidação das áreas de risco, setores e graus de risco por regiões administrativas.

Regional	Bairro	Nº de Setores de Risco	R1	R2	R3	R4
Centro (1)	Centro	11	0	3	7	1
	Do Moscoso	8	0	5	2	1
	Fonte Grande	6	0	0	5	1
	Ilha do Príncipe	1	0	0	1	0
	Parque Moscoso	0	0	0	0	0
	Piedade	4	0	2	2	0
	Santa Clara	2	0	0	2	0
	Vila Rubim	0	0	0	0	0



Santo Antônio (2)	Ariovaldo Favalessa	1	0	0	1	0
	Bela Vista	3	0	1	2	0
	Caratoíra	6	0	2	4	0
	Do Cabral	5	0	0	3	2
	Do Quadro	0	0	0	0	0
	Estrelinha	1	0	0	0	1
	Grande Vitória	1	0	1	0	0
	Inhanguetá	0	0	0	0	0
	Mario Cypreste	0	0	0	0	0
	Santa Tereza	8	0	1	5	2
	Santo Antônio	2	0	1	1	0
	Universitário	3	0	1	2	0
Jucutuquara (3)	Bento Ferreira	1	0	1	0	0
	Consolação	11	0	2	6	3
	Cruzamento	15	0	5	9	1
	De Lourdes	4	0	2	2	0
	Forte São João	26	0	7	15	4
	Fradinhos	4	0	2	2	0
	Gurigica	31	0	13	18	0
	Horto	0	0	0	0	0
	Ilha de Santa Maria	1	0	0	1	0
	Jesus de Nazareth	9	0	3	5	1
	Jucutuquara	1	0	0	1	0
	Monte Belo	2	0	1	1	0
	Nazareth	1	0	1	0	0
	Romão	9	0	4	4	1
Maruípe (4)	Andorinhas	0	0	0	0	0
	Bonfim	5	0	1	3	1
	Da Penha	2	0	1	1	0
	Itararé	2	0	1	1	0
	Joana D'Arc	3	0	1	1	1
	Maruípe	1	0	0	1	0
	Santa Cecília	3	0	0	3	0
	Santa Martha	6	0	1	4	1
	Santos Dumont	2	0	0	2	0
	São Benedito	10	0	2	7	1
	São Cristóvão	0	0	0	0	0
	Tabuazeiro	7	0	5	1	1
Praia do Canto (5)	Barro Vermelho	0	0	0	0	0
	Enseada do Suá	1	0	0	1	0
	Ilha do Boi	0	0	0	0	0
	Ilha do Frade	0	0	0	0	0

	Praia do Canto	0	0	0	0	0
	Praia do Suá	3	0	1	2	0
	Santa Helena	0	0	0	0	0
	Santa Lúcia	1	0	0	1	0
	Santa Luíza	0	0	0	0	0
Goiabeiras (6)	Aeroporto	0	0	0	0	0
	Antônio Honório	0	0	0	0	0
	Goaibeiras	0	0	0	0	0
	Jabour	0	0	0	0	0
	Maria Ortiz	0	0	0	0	0
	Segurança do Lar	0	0	0	0	0
	Solon Borges	0	0	0	0	0
São Pedro (7)	Comdusa	1	0	0	1	0
	Conquista	16	0	5	8	3
	Ilha das Caieiras	3	0	1	2	0
	Nova Palestina	0	0	0	0	0
	Redenção	2	0	0	2	0
	Resistência	6	0	2	3	1
	Santo André	0	0	0	0	0
	Santos Reis	1	0	0	1	0
	São José	1	0	1	0	0
	São Pedro	2	0	1	1	0
Jardim Camburi (8)	Jardim Camburi	2	0	1	1	0
	Parque Industrial	0	0	0	0	0
Jardim da Penha (9)	Boa Vista	0	0	0	0	0
	Jardim da Penha	0	0	0	0	0
	Mata da Praia	1	0	0	1	0
	Morada de Camburi	0	0	0	0	0
	Pontal de Camburi	0	0	0	0	0
	República	0	0	0	0	0
Total		258	0	82	149	27

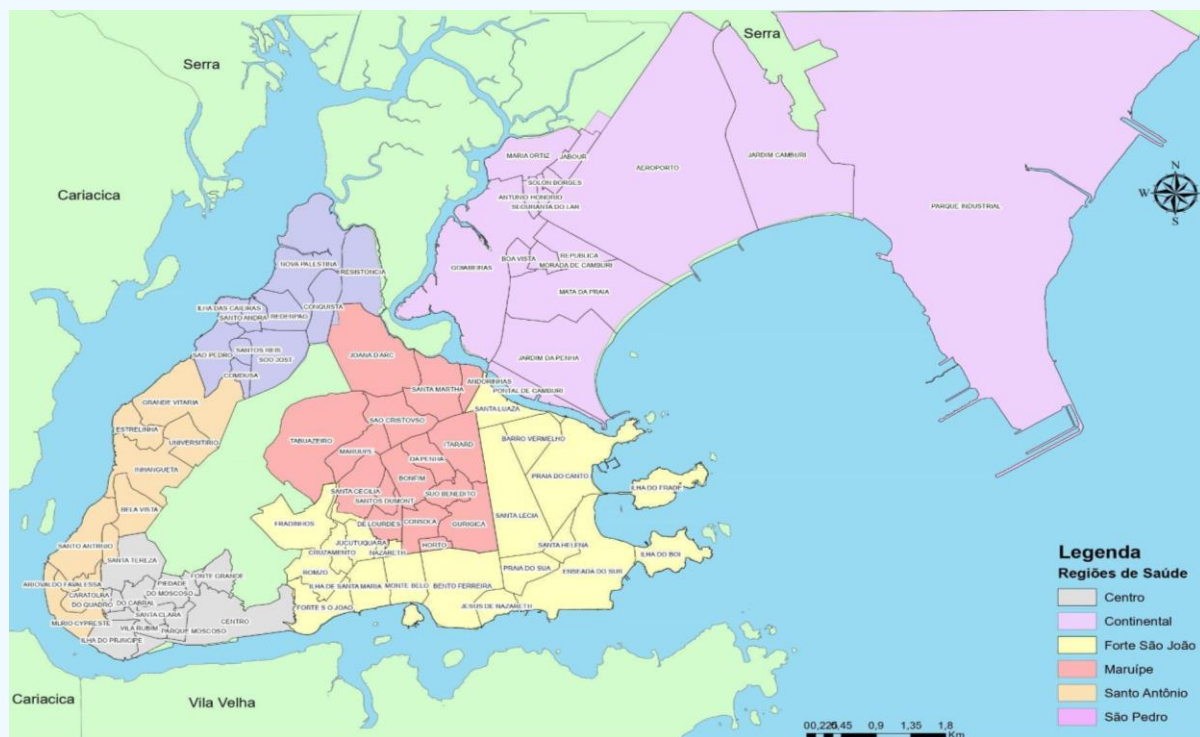
Fonte: Elaboração Própria, com base no Plano Municipal de Proteção e Defesa Civil (PMPDC), 2025.



7. REDE DE ATENÇÃO À SAÚDE

A Rede Municipal de Saúde de Vitória/ES é estruturada em seis Regiões de Saúde — Continental, Centro, Forte São João, Santo Antônio, São Pedro e Maruípe — que se subdividem em 29 Territórios de Saúde, abrangendo 29 Unidades de Saúde (Figura 2).

Figura 2. Secretaria Municipal de Saúde, Regiões de Saúde de Vitória, 2024.



Em 2025, a rede municipal é composta por 86 Equipes de Saúde da Família (eSF), 18 Equipes de Atenção Primária (eAP), 2 Equipes de Consultório na Rua (eCR), 25 Equipes Multiprofissionais (eMulti), 60 Equipes de Saúde Bucal (eSB). Essas equipes garantem cobertura integral (100%) da população e uma cobertura populacional operacional de 101,04%, conforme dados do e-Gestor APS (agosto/2025).

A rede conta ainda com dois Centros de Referência (IST/HIV/Aids e Atendimento ao Idoso), um Centro Municipal de Especialidades, quatro Centros de Atenção Psicossocial — incluindo unidades infantojuvenil, CAPS III em Álcool e Outras Drogas, CAPS II e CAPS III — e dois serviços de urgência e emergência (Pronto-Atendimentos da Praia do Suá e de São Pedro). Há, também, 19 hospitais, pronto-socorros e maternidades distribuídos pelo município. De acordo com relatório do DATASUS (julho de 2023), Vitória possui 1.631 leitos disponíveis.

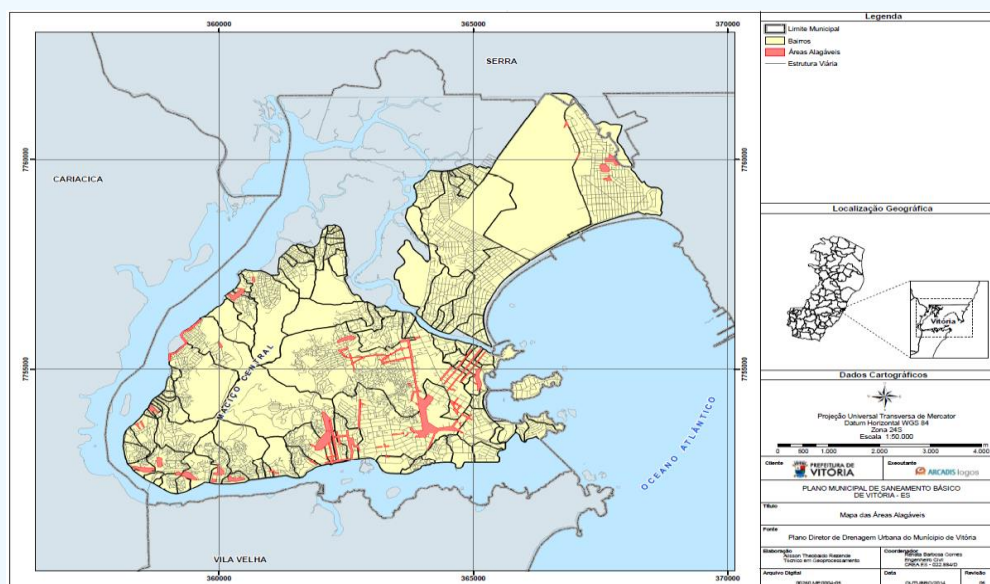
No campo da gestão de riscos, o Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil de Vitória (2022) identifica 25 áreas de risco geológico, distribuídas em 257 setores, totalizando

6.612 residentes em áreas vulneráveis (PMRR 2014/2016). A Carta de Susceptibilidade a Movimentos Gravitacionais de Massa e Inundação (CPRM, 2015) indica que 79,51% da área total do município e 53,5% da área urbanizada apresentam média ou alta suscetibilidade à inundação. Com base nesses dados, estima-se que 23 dos 29 territórios de saúde possuem cenários de maior risco ambiental, devido à presença de bairros com setores classificados como alto ou muito alto risco geológico e/ou elevada suscetibilidade a inundações.

As Regiões de Saúde de Maruípe, Centro, São Pedro e Santo Antônio concentram todos os seus territórios com ao menos um bairro em situação de alto ou muito alto risco geológico — com exceção do território de Andorinhas, que apresenta alta suscetibilidade à inundação. Destacam-se ainda São Pedro e Santo Antônio, onde predominam áreas com maior risco de inundação, condições propícias à proliferação de vetores e maior fragilidade estrutural das moradias.

Na Região do Forte São João, três territórios — Forte São João, Ilha de Santa Maria e Jesus de Nazareth — apresentam relevância no cenário de risco, pois todos possuem setores classificados com grau alto ou muito alto de risco geológico. Além disso, diversas áreas do município são suscetíveis a alagamentos, conforme o Plano Diretor de Drenagem Urbana (2015) e o mapa de áreas alagáveis (Figura 3).

Figura 03. Mapa das áreas alagáveis de Vitória, de acordo com o último PDDU (Fonte: Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Vitória, 2015).



8. EFEITOS DOS DESASTRES NA SAÚDE

Em Vitória, as populações mais vulneráveis aos desastres incluem moradores de áreas de morro, manguezais e alagadiços, idosos, pessoas com deficiência, gestantes, crianças, pessoas em situação de rua e imigrantes. Esses grupos requerem atenção especial na preparação, resposta e recuperação frente a desastres.

Os desastres naturais decorrentes de chuvas intensas, movimentos de massa e inundações causam múltiplos impactos sobre a saúde humana, afetando populações de maneira desigual (Quadro 3). As repercussões podem ser imediatas, intermediárias ou de longo prazo.

Quadro 03. Consequências ambientais, econômicas, sociais e culturais dos desastres naturais que afetam direta ou indiretamente a saúde.

Consequências	Exemplos
Ambientais	Contaminação de água, destruição de habitats e alteração na ecologia de vetores.
Estruturais	Interrupção de abastecimento de água, danos a vias e serviços essenciais.
Socioeconômicas	Perda de moradia, renda, emprego, aumento da desigualdade e pobreza.
Culturais	Impactos nos modos de vida e práticas culturais de comunidades tradicionais e urbanas.
Saúde da População	Óbitos, traumas, doenças infecciosas, agravos mentais e insegurança alimentar.
Serviços de Saúde	Sobrecarga de atendimento, falta de insumos e danos às unidades de saúde.

Fonte: MS/2025; ANA, 2014; Fiocruz, 2021; Opas, 2014; WHO, 2018, 2022.



9. PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DO TERRITÓRIO

Em razão da frequência de desastres naturais, como inundações, enxurradas, deslizamentos de massa e rolamento de blocos rochosos, o município de Vitória/ES enfrenta riscos sanitários relevantes, especialmente durante o período chuvoso. Esses eventos contribuem diretamente para o aumento da vulnerabilidade da população a doenças transmissíveis, agravos ambientais e acidentes diversos.

Em 2026, o Programa VIGIDESASTRES em Vitória consolidou parceria com o CIEVS e a Vigilância Epidemiológica municipal para a revisão e atualização desse Plano de Contingência, com foco em chuvas intensas e alagamentos. A partir dessa iniciativa, foi analisada a série histórica de dados epidemiológicos referente ao período de 2013 a 2025, contemplando as principais notificações e agravos relacionados a desastres naturais. Essa análise permitiu um recorte significativo para a compreensão do cenário epidemiológico, especialmente no que se refere a doenças não endêmicas no município de Vitória/ES, como febre amarela, malária, leptospirose, acidentes com animais peçonhentos e esquistossomose, entre outros.

O levantamento do perfil epidemiológico foi realizado com base em registros do Tabnet (DataSUS), do e-SUS Vigilância em Saúde (VS) — mantido pela Secretaria de Estado da Saúde do Espírito Santo (SESA) — e da Rede Bem Estar, da Secretaria Municipal de Saúde de Vitória (SEMUS). Essa integração de fontes permitiu uma compreensão mais ampla e qualificada do cenário de saúde da população residente em áreas de risco, subsidiando ações de prevenção, preparação e resposta nos contextos de desastre.

O Quadro 4 apresenta o levantamento do perfil epidemiológico das doenças e agravos de notificação compulsória entre residentes do município de Vitória/ES, no período de 2013 a 2025. A análise da tabela reflete a evolução desses agravos ao longo dos anos, destacando as principais tendências observadas, especialmente aquelas potencialmente relacionadas a eventos de desastres.



Quadro 04. Consolidado Epidemiológico de doenças e agravos de notificação compulsória de residentes de Vitória-ES entre 2013 a 2025.

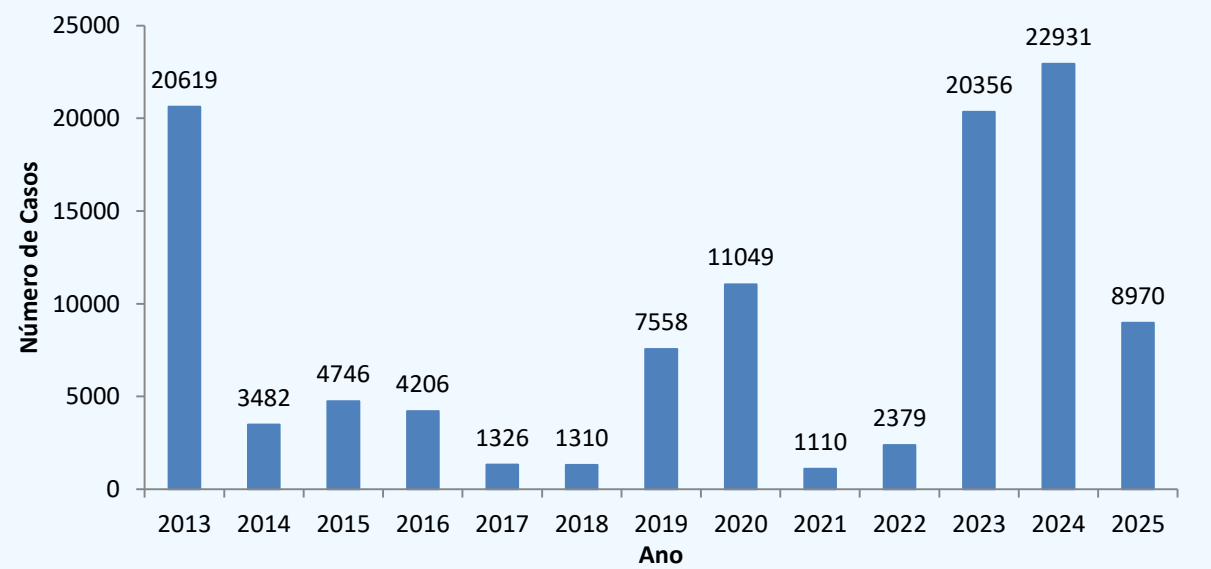
DOENÇAS/ AGRAVOS	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Dengue	2061	3482	4746	4206	1326	1310	7558	1104	1110	2379	2035	2293	8970
Chikungunya	X	X	0	29	214	34	786	7026	272	261	641	3573	654
Doença Zika Vírus	x	x	x	1445	90	43	108	127	9	9	4	0	0
Febre Amarela	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0
Leptospirose	12	68	7	3	6	3	8	3	2	2	1	5	6
Doenças Diarreicas Agudas	X	5918	5424	5492	4263	5388	5429	2246	1936	4655	8392	1081	1437
Hepatite A	41	27	37	48	55	40	30	0	0	0	1	3	3
Hepatite B	1	3	2	4	2	1	1	16	14	25	33	15	11
Hepatite C	34	29	29	46	60	49	39	18	18	20	32	24	20
Cólera	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Varicela	318	12	111	372	253	2	7	1	12	30	91	117	67
Coqueluche	25	19	6	7	4	2	1	0	0	0	0	5	0
Meningite	17	18	23	16	25	20	20	3	9	30	34	32	36
Doença Exantemáticas	8	3	3	1	9	47	9	9	1	5	16	19	21
COVID-19	X	X	X	X	X	X	X	3523	3813	7442	8074	5341	841
Tuberculose	192	165	176	142	159	166	X	197	251	296	301	343	369
Febre Maculosa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	2
Leishmaniose Visceral	0	0	0	0	0	8	0	0	0	0	0	0	0
Esquistossomose	10	14	4	7	4	4	4	3	6	12	7	5	3
Malária	2	4	6	4	5	1	1	2	1	1	5	3	2
Acidente por animais peçonhentos	22	38	22	40	44	61	56	30	56	50	76	95	85
Intoxicações exógenas	399	884	818	1049	1009	575	1076	476	787	1064	1161	1158	1283
Tétano Acidental	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	1	0	0

Atendimento Antirrábico Humano	1383	1428	1399	1404	1387	1510	1484	1498	1617	1822	2271	2385	2404
Violência	336	633	883	1333	1477	1600	2167	1385	2056	2928	3299	3757	4101
Acidente de trabalho com exposição a material biológico	122	165	136	144	148	177	162	85	94	125	164	217	184
Acidente de trabalho	12	5	16	31	19	43	36	54	87	130	260	552	686
Mpox	X	X	X	X	X	X	X	X	X	44	8	4	12

Fonte: Tabnet (2013 a 2019), e-SUS VS (2020 a 2023), Rede Bem Estar (RBE). Dados sujeitos alteração, banco acessado 11/03/2026.

Nesse contexto, observa-se um elevado número de casos de dengue em 2013, ano marcado por importantes eventos de chuvas intensas no município. Após esse período, verifica-se redução significativa nos anos subsequentes, com novos aumentos em períodos epidêmicos, especialmente nos anos de 2019, 2023 e 2024 (Gráfico 1).

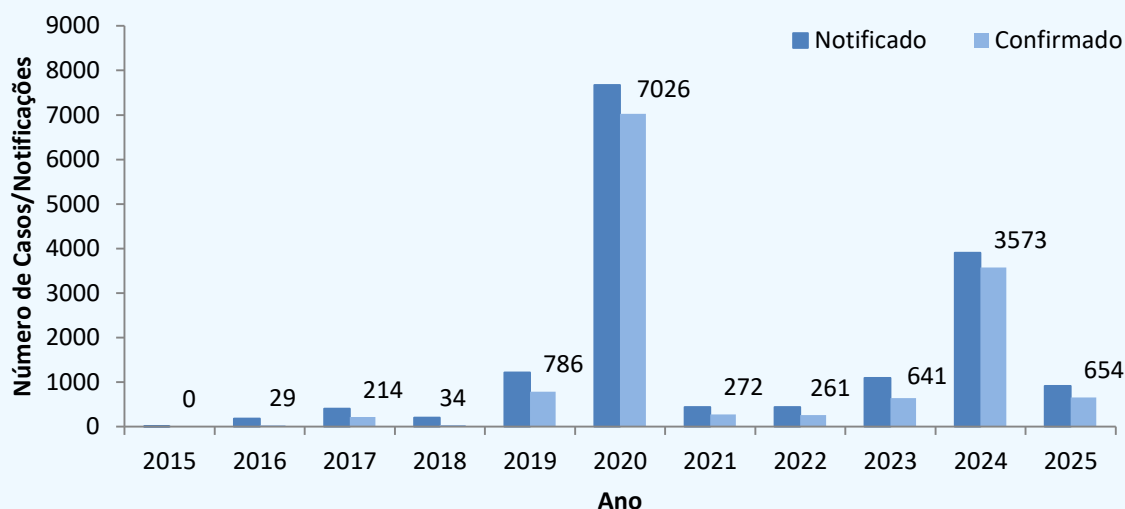
Gráfico 1. Série histórica dos casos de dengue notificados em residentes de Vitória, no período de 2013 a 2025.



Os registros de Chikungunya iniciam-se a partir de 2015, após a introdução do vírus no país. Observa-se aumento expressivo de casos em 2020, seguido de oscilações ao longo da série histórica (Gráfico 2). A ocorrência da doença está associada à presença do vetor *Aedes aegypti* e pode ser influenciada por condições ambientais favoráveis à proliferação do mosquito, frequentemente intensificadas em períodos de chuvas e acúmulo de água.

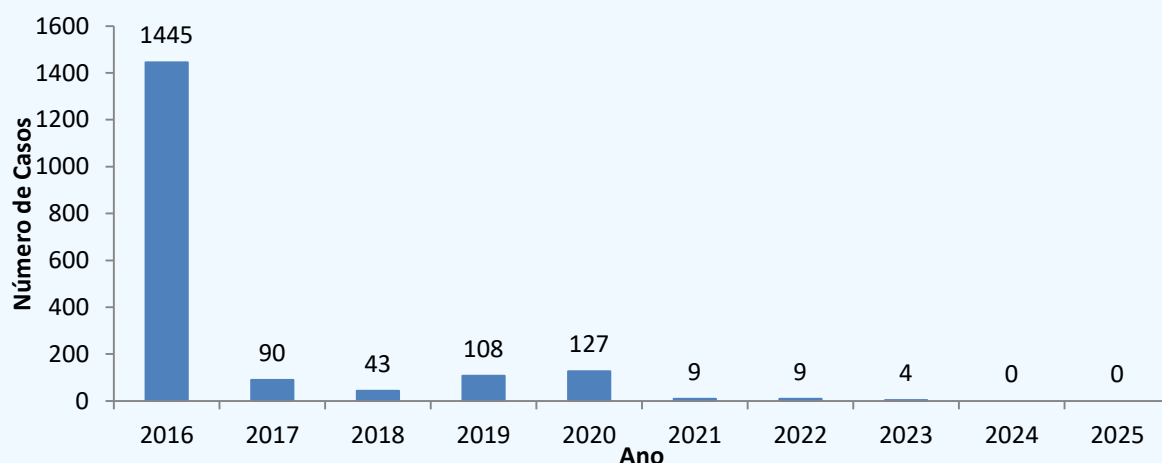


Gráfico 2. Série histórica de notificações e casos de Chikungunya notificados em residentes de Vitória, no período de 2015 a 2025.



A série histórica de casos de Zika apresenta pico expressivo em 2016, período correspondente à epidemia nacional da doença (Gráfico 3). Apesar do baixo número de casos, a circulação do vetor mantém o risco potencial, especialmente em cenários ambientais favoráveis à proliferação do mosquito.

Gráfico 3. Série histórica de casos de Zika notificados em residentes de Vitória, no período de 2016 a 2025.



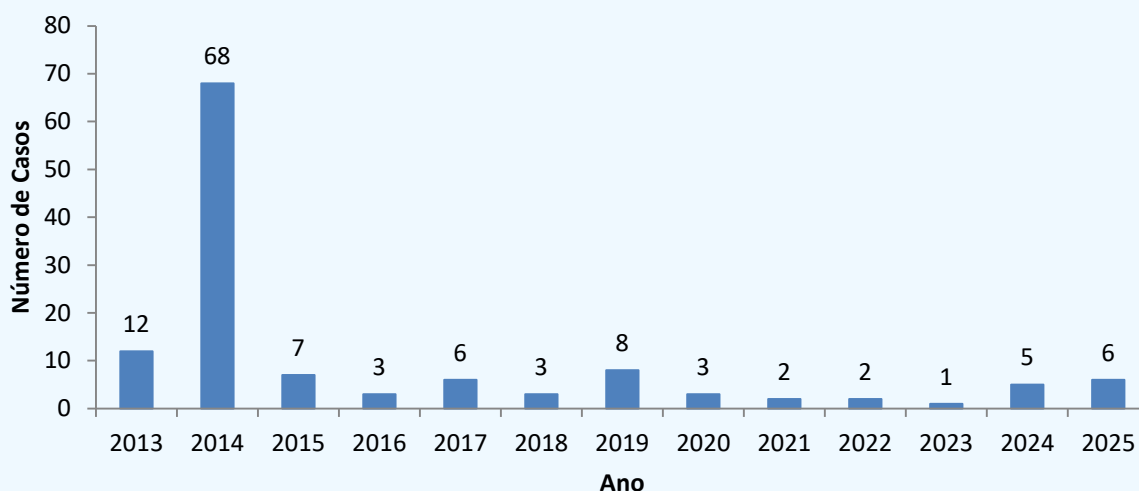
A dinâmica das arboviroses é influenciada de fatores climáticos e ambientais, reforçando a necessidade de intensificação das ações de vigilância e controle vetorial em cenários de chuvas intensas e possíveis desastres.

Destaca-se também a leptospirose, que apresentou maior número de casos em 2014, possivelmente relacionado aos eventos de chuvas intensas registrados no final de 2013



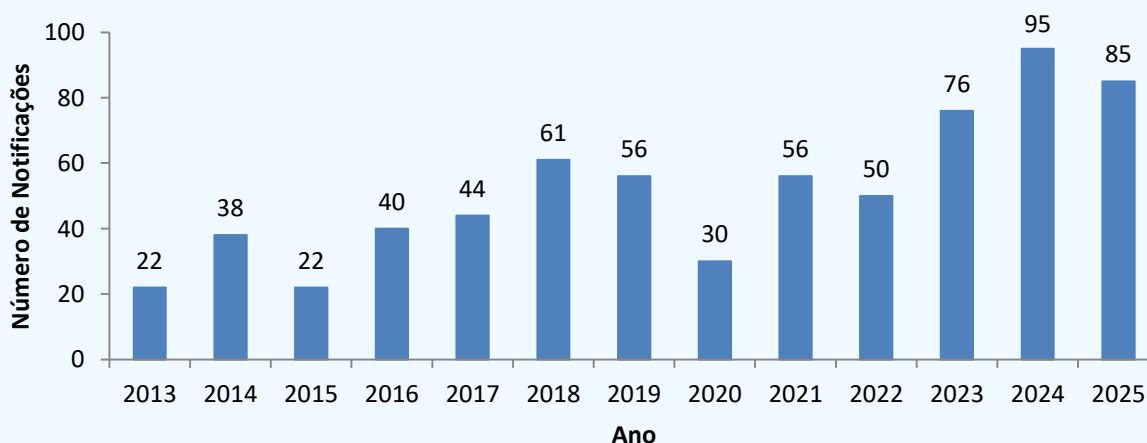
(Gráfico 4). A doença está diretamente associada à exposição à água ou lama contaminadas por urina de roedores, situação frequentemente observada após enchentes e alagamentos.

Gráfico 4. Série histórica de casos confirmados de Leptospirose notificados em residentes de Vitória, no período de 2013 a 2025.



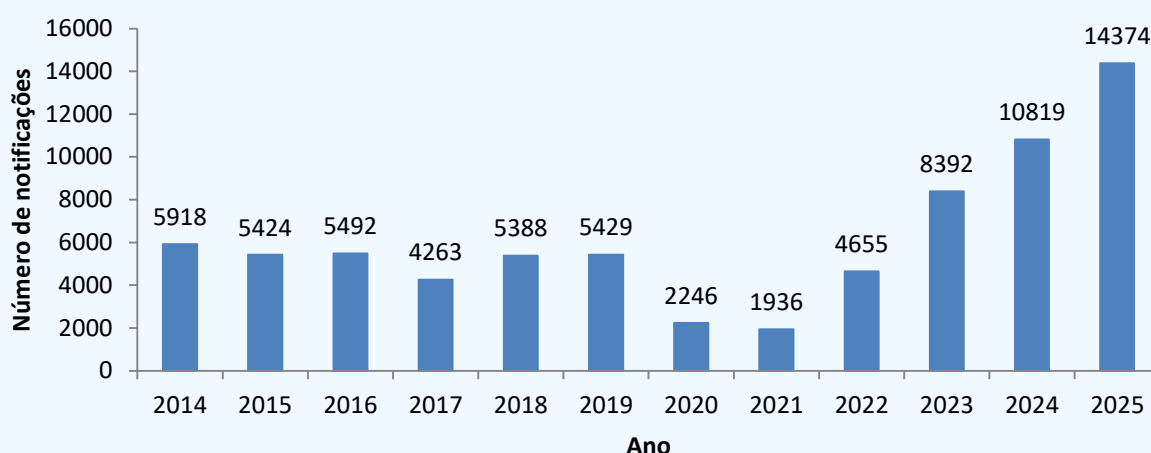
Observa-se aumento gradual nas notificações de acidentes com animais peçonhentos no município ao longo da série histórica, indicando a necessidade de atenção por parte da vigilância em saúde (Gráfico 5). Eventos climáticos extremos, como enchentes e deslizamentos, podem favorecer o deslocamento desses animais para áreas urbanizadas, aumentando o risco de exposição e acidentes com a população.

Gráfico 5. Série histórica de acidentes com animais peçonhentos notificados em residentes de Vitória, no período de 2013 a 2025.



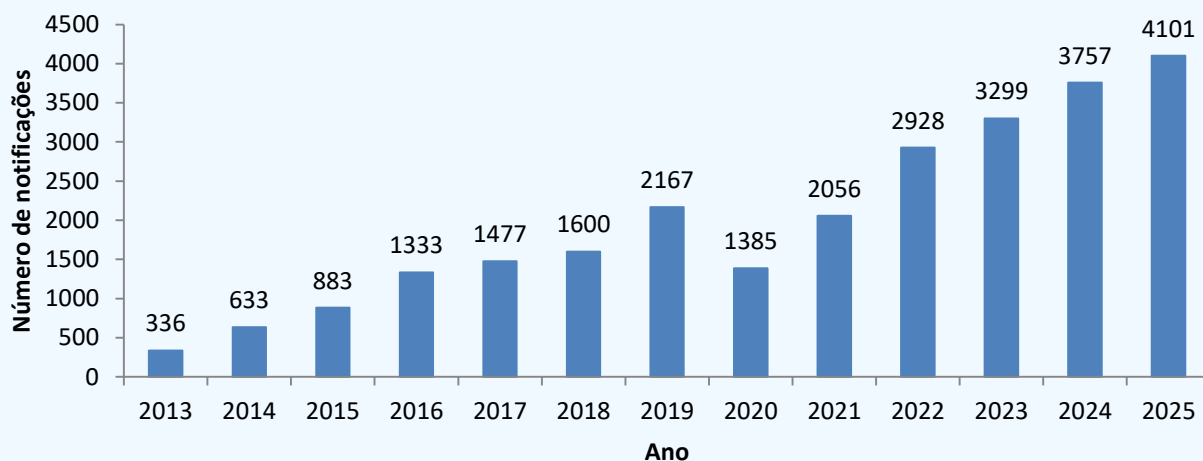
As doenças diarreicas agudas são notificadas por meio da Rede Bem Estar e apresentam um aumento progressivo das notificações a partir de 2022. Esses agravos estão frequentemente associados a condições inadequadas de saneamento, consumo de água contaminada e interrupções nos serviços essenciais, situações que podem ocorrer em cenários de desastres naturais, especialmente aqueles relacionados a inundações e alagamentos.

Gráfico 6. Série histórica das doenças diarreicas agudas notificadas em residentes de Vitória, no período de 2014 a 2025.



As notificações de violência apresentam tendência crescente ao longo dos anos analisados. Situações de emergência e desastres podem agravar vulnerabilidades sociais e ampliar fatores de risco para diferentes formas de violência, especialmente em contextos de deslocamento populacional, abrigo temporário e instabilidade socioeconômica.

Gráfico 7. Série histórica de notificações de violência em residentes de Vitória, no período de 2013 a 2025.



10. COMITÊ OPERATIVO DE EMERGÊNCIA EM SAÚDE (COE-SAÚDE)

O Comitê Operativo de Emergência em Saúde (COE-Saúde) é uma instância de coordenação do Sistema Único de Saúde (SUS) municipal, responsável por planejar, articular e conduzir as ações previstas no Plano de Contingência em situações de emergências em saúde pública, especialmente aquelas decorrentes de desastres naturais.

De caráter permanente, o COE-Saúde realiza reuniões periódicas para definir estratégias, estruturar planos e mobilizar recursos necessários à preparação e à resposta, garantindo a continuidade dos serviços essenciais e a articulação entre as três esferas de governo. Em situações de emergências, atua como instância decisória central, coordenando as ações intersetoriais e integrando esforços técnicos, operacionais e administrativos.

Por seu caráter multidisciplinar e multissetorial, o comitê é composto por representantes da Secretaria Municipal de Saúde, gerências e coordenações das áreas de vigilância em saúde, vigilância sanitária e ambiental, atenção básica, urgência e emergência, saúde mental, assistência farmacêutica, laboratório central e demais setores estratégicos. Cada coordenador e gerente é responsável pelo monitoramento e avaliação das ações sob sua responsabilidade, conforme os indicadores e metas estabelecidos no plano.

A Gerência de Vigilância em Saúde atua como ponto focal para o acionamento do COE-Saúde, coordenando a comunicação entre os setores e a execução das medidas de resposta. O funcionamento do comitê segue a lógica do Sistema de Comando de Operações (SCO), estruturado em quatro áreas: operações, logística, planejamento e administração/finanças, assegurando uma gestão integrada, ágil e eficiente durante todo o ciclo da emergência.

10.1. FUNDAMENTAÇÃO NORMATIVA

Conforme a Portaria GM/MS nº 4.185, de 1º de dezembro de 2022, que institui o Programa Municipal de Vigilância em Saúde dos Riscos Associados aos Desastres (Vigidesastres) no âmbito do Sistema Único de Saúde, fica estabelecida a necessidade de organização e acionamento do Comitê Operativo de Emergência em Saúde (COE-Saúde) para coordenação das ações em emergências decorrentes de desastres.

10.2. COMPOSIÇÃO DO COE-SAÚDE

Nos termos previstos no Art. 9º da normativa municipal, o COE-Saúde, quando formalizado, deverá ser constituído pelos seguintes representantes:

I – Gabinete do(a) Secretário(a):



- a) Secretário(a) Municipal de Saúde
- b) Assessoria de Comunicação e Mobilização Social
- c) Subsecretaria de Atenção em Saúde
- d) Subsecretaria de Apoio Estratégico

II – Gerência de Atenção em Saúde (GAS):

- a) Coordenação de Atenção Básica
- b) Coordenação de Atenção Especializada
- c) Coordenação de Urgência e Emergência

III – Gerência de Vigilância em Saúde:

- a) CIEVS – Centro de Informações Estratégicas em Vigilância em Saúde
- b) Vigilância Epidemiológica
- c) Vigilância em Saúde do Trabalhador
- d) Vigilância Sanitária
- e) Vigilância em Saúde Ambiental

IV – Gerência de Assistência Farmacêutica (GAF)

V – Gerência de Regulação, Controle e Avaliação (GRCA)

VI – Gerência da Central de Insumos de Saúde – Almoxarifado (GCIS)

VII – Gerência de Serviços e Apoio à Atenção (GSA)

VIII – Laboratório Municipal Central (LCM)

§ 1º — O COE-Saúde será estabelecido para a prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública em eventos de desastres que configurem situação de emergência ou estado de calamidade pública, quando a capacidade de resposta do setor saúde for extrapolada.

§ 2º — Define-se como responsabilidade da gestão a ativação e a desativação do COE-Saúde.

10.3. INSTRUÇÕES PARA ATIVAÇÃO DO COMITÊ OPERATIVO DE EMERGÊNCIA EM SAÚDE (COE-SAÚDE)

A ativação do COE-Saúde deverá ocorrer sempre que um evento representar ameaça potencial, iminente ou instalada à saúde pública, especialmente quando:

a) Critérios para Ativação

1. Elevação do estágio operacional de acordo com o Programa Vigidesastres:
 - Redução do Risco (Prevenção, Mitigação, Preparação);
 - Manejo do Desastre (Alerta e Resposta);



- Recuperação (Reabilitação e Reconstrução);
- 2. Reconhecimento oficial de Situação de Emergência ou Estado de Calamidade Pública pelo Município.
- 3. Extrapolação da capacidade de resposta dos serviços de saúde.
- 4. Aumento expressivo da demanda assistencial, comprometendo fluxos e atividades essenciais.
- 5. Impactos em unidades de saúde, como interrupções, danos estruturais ou falta de insumos.
- 6. Registros epidemiológicos que indiquem risco aumentado de agravos (doenças hídricas, leptospirose, arboviroses, acidentes, surtos em abrigos etc.).
- 7. Ocorrência de óbitos, feridos, desabrigados e desalojados em proporções que exijam coordenação ampliada.
- 8. Interrupção de serviços essenciais, como abastecimento de água, eletricidade, transporte ou comunicação.

10.4. INSTRUÇÕES PARA DESATIVAÇÃO DO COMITÊ OPERATIVO DE EMERGÊNCIA EM SAÚDE (COE-SAÚDE)

A desativação do Centro de Operações de Emergência em Saúde (COE-Saúde Vitória) deve ocorrer após a estabilização do evento e cessação dos riscos iminentes à saúde pública. A decisão deve ser tomada pelo coordenador do COE, em conjunto com a Secretaria Municipal de Saúde, observando os seguintes critérios:

- Declínio dos indicadores epidemiológicos relacionados ao evento.
- Restabelecimento dos serviços essenciais e da normalidade assistencial.
- Conclusão das ações de campo e de monitoramento.
- Elaboração do Relatório Final de Encerramento e das lições aprendidas.



11. ESTRATÉGIAS DO PLANO DE CONTINGÊNCIA

As ações previstas neste plano são estruturadas conforme três estágios operacionais: redução do risco (prevenção, mitigação e preparação), manejo do desastre (alerta e resposta) e recuperação (reabilitação e reconstrução). Cada estágio possui cenários, indicadores, ações e setores responsáveis definidos, o que contribui para a coordenação das atividades e para a tomada de decisões de forma mais eficiente (Quadro 6) (Brasil, 2023).



Quadro 6. Definição dos cenários, critérios de ativação do COE e indicadores correspondentes aos estágios operacionais.

FASE/CENÁRIO	DEFINIÇÃO DE CENÁRIO	ATIVAÇÃO DO COE	INDICADORES
FASE 1: REDUÇÃO DO RISCO (Prevenção, Mitigação, Preparação)	Condições climáticas típicas da estação, com possibilidade de chuvas fracas a moderadas e eventuais eventos de baixa magnitude. A infraestrutura urbana encontra-se em funcionamento adequado, com sistemas de drenagem operantes, vias de acesso desobstruídas e fornecimento regular de energia elétrica e água. A rede de saúde permanece estruturada, sem aumento significativo de demandas relacionadas a eventos hidrometeorológicos. Os serviços essenciais mantêm operação normal.	Não se aplica.	1. Ausência de alertas emitidos pelos órgãos oficiais (INMET, CEMADEN, Defesa Civil). 2. Ausência de alertas epidemiológicos de doenças e agravos relacionados ao evento. (SINAN, e-SUS/VS e Rede Bem Estar). 3. Nº de exercícios simulados de resposta a desastres. 4. Nº de ações educativas e de comunicação em saúde sobre riscos. 5. Plano de Contingência da Saúde atualizado e publicizado (%). 6. Percentual de participação de representantes do setor saúde no Grupo de Ação Coordenada (GAC).
FASE 2: CENÁRIO: MANEJO DO DESASTRE (Alerta e Resposta)	Chuvas intensas e persistentes elevam significativamente os níveis de rios e córregos, provocando inundações graves, alagamentos generalizados e deslizamentos de terra e blocos rochosos em áreas de encosta. Há interrupções severas nas vias de transporte, com pontes e estradas danificadas ou intransitáveis, comprometendo a mobilidade e o acesso a serviços essenciais. Os serviços de eletricidade e telecomunicações apresentam interrupções, dificultando a comunicação. Pessoas desabrigadas, desalojadas, feridas e óbitos. O setor saúde é impactado, com interrupções parciais ou totais no funcionamento das unidades e sobrecarga nos atendimentos, demandando reorganização da rede assistencial e reforço logístico, com apoio das esferas estadual e federal.	Ativação da Sala de Situação e ativação do COE-Saúde conforme evolução do cenário.	1. Percentual de atualizações dos sistemas de alerta monitoradas e divulgadas no período. 2. Prognóstico meteorológico do Inmet indicando piora por meio de Previsão de chuvas intensas (>100 mm/24h), rajadas de vento superiores a 60 km/h, e possibilidade de alagamentos ou enxurradas. 3. Tempo de ativação do COE-Saúde após emissão de alerta (horas). 4. Tempo médio entre alerta e comunicação com CIEVS (horas). 5. Aumento significativo de casos de doenças e agravos relacionados ao desastre. 6. Nº de atendimentos de saúde relacionados aos eventos frente aos desastres naturais. 7. Nº de casos de incidência de doenças de veiculação hídrica (diarreias, leptospirose). 8. Nº de óbitos relacionados ao evento. 9. Nº de desalojados/desabrigados assistidos pelas equipes de saúde. 10. Nº de transferências de pacientes via regulação. 11. Nº de unidades de saúde afetadas ou com funcionamento comprometido. 12. Tempo de resposta para reativação de unidades (horas). 13. Quantidade de medicamentos e insumos disponíveis. 14. Percentual de profissionais mobilizados para atendimento em saúde mental. 15. Número absoluto de abrigos com estrutura sanitária adequada. 16. Tempo de deslocamento de equipes móveis para áreas atingidas (horas). 17. Percentual de participação ativa de representantes do setor saúde em reuniões do Grupo de Ação Coordenada (GAC). 18. Tempo de acionamento de apoio estadual/federal após decreto (horas).



FASE 3: RECUPERAÇÃO (Reabilitação e Reconstrução)	No período pós-desastre, Vitória enfrenta danos à infraestrutura urbana e aos serviços de saúde, com desabastecimento e necessidade de restabelecimento gradual dos serviços essenciais. O município realiza avaliação de danos e perdas e acompanha a situação epidemiológica para identificar riscos à saúde, com atenção a agravos e doenças de veiculação hídrica e vetorial. Reorganização do sistema de saúde, retomada das atividades regulares, reposição de insumos, apoio psicossocial às populações afetadas e fortalecimento da resiliência do município frente a futuros desastres.	Desmobilização gradual do COE-Saúde conforme estabilização do cenário.	1. Percentual de atualizações dos sistemas de alertas monitoradas e divulgadas no período. 2. Número de comunicados oficiais do setor saúde emitidos sobre o evento. 3. Taxa de prevalência de doenças crônicas agravadas no período pós-desastre. 4. Variação da incidência de doenças relacionadas ao pós-desastre ao longo do tempo. 5. Percentual de áreas do município com ocorrência de surto ou com risco epidemiológico identificado. 6. Tempo médio para restabelecimento dos serviços de saúde. 7. Cobertura da população com acesso à reabilitação física, mental e psicossocial. 8. Percentual de participação ativa de representantes do setor saúde em reuniões do Grupo de Ação Coordenada (GAC).
---	---	---	---



12. COMPONENTES E SUAS AÇÕES POR ESTÁGIO OPERACIONAL

O Plano de Contingência do município de Vitória está estruturado em 16 setores da Secretaria Municipal de Saúde, aos quais se somam dois programas estratégicos — Vigilância em Saúde de Populações Expostas aos Riscos Associados aos Desastres (VIGIDESASTRES) e Centro de Informações Estratégicas em Vigilância em Saúde (CIEVS) — que atuam de forma integrada nas ações de preparação, monitoramento e resposta às emergências e desastres. Cada setor desempenha funções específicas em sua rotina de trabalho; entretanto, em situações de emergência ou desastre, suas atividades devem ser articuladas de forma integrada, com o objetivo de garantir uma resposta oportuna, coordenada e eficiente, bem como assegurar a continuidade dos serviços essenciais de saúde à população.

Em consonância com as diretrizes do Ministério da Saúde e com o Plano de Contingência e Proteção da Defesa Civil de Vitória, as ações atribuídas a cada componente estão organizadas de acordo com os níveis de operacionalização e ativação do plano, conforme apresentado nos quadros a seguir:

COMITÊ OPERATIVO DE EMERGÊNCIA EM SAÚDE (COE-SAÚDE)	
NÍVEIS OPERACIONAIS	AÇÕES
Redução de risco: Prevenção, Mitigação e Preparação	Atualizar anualmente informações sobre a capacidade de resposta do município: unidades de saúde, hospitais, abrigos, recursos humanos, por exemplo, tendo como base os princípios estratégicos do SUS de descentralização e regionalização nos âmbitos intramunicipal e intermunicipal.
	Levantar anualmente recursos complementares, dentro do setor saúde (regionalização e parcerias intermunicipais e com a SES) e fora (outras instituições do setor público, bem como do setor privado, organizações não governamentais, por exemplo), que possam vir a ser necessários e realizar parcerias com órgãos/instituições para cooperação em situações de emergências.
	Estabelecer contato com a Defesa Civil para atualização permanente das informações sobre a situação de emergência no município e de demandas relacionadas com a saúde.
	Estabelecer a periodicidade do retorno de informações para tomadas de decisão.
	Definir mecanismos e fluxos de comunicação com a população e com os demais setores do SUS.
	Identificar e inventariar recursos: humanos, materiais, técnicos e financeiros e manter registros múltiplos e mapas em locais seguros.
	Elaborar Plano de Contingência (geral), protocolos (entre duas ou mais áreas técnicas) e procedimentos (por área técnica).
	Capacitar e treinar recursos humanos.
	Fazer e manter atualizada lista de contatos dos gestores (das três esferas de atuação), técnicos do SUS e de outros órgãos e iniciativa privada.
	Elaborar cenários para atendimento a emergências.
	Elaborar fluxos de informação (de acordo com o evento).
	Constituir grupo de coordenação das ações de resposta da saúde



**Manejo do desastre:
Alerta e Resposta**

representativo das áreas prioritárias diante do cenário do evento adverso.
Divulgar as informações sobre a situação da saúde no evento para a Assessoria de Comunicação.
Notificar o CIEVS.
Avaliar periodicamente a evolução do evento, definindo as estratégias de ação.
Encaminhar as demandas de recursos extraordinários.
Elaboração de relatórios de progresso do evento, incluindo resumo das decisões e ações de resposta, e emissão de recomendações técnicas.
Convocar os setores da saúde impactados pelos eventos para integrar o COE.
Instituir o Gabinete de Crise, em caso de necessidade.
Comunicar a Defesa Civil ou Secretário da Saúde de necessidades de recursos extraordinários.
Promover o preenchimento das Fichas de Resposta Imediata (Adan-SUS).
Monitorar a realização das ações de saúde e a evolução do evento até o seu encerramento.
Monitorar o encaminhamento das demandas.
Participar da elaboração da notificação ao CIEVS sobre situação do evento.
Encaminhar ao CIEVS-ES a notificação do evento.
Identificar e reunir os setores da SEMUS para reuniões deliberativas sempre que necessário.
Atualizar e manter os registros das informações relativas ao evento para eventual repasse à Assessoria de Comunicação.
Fornecer informações sobre o evento, as medidas adotadas e as consequências sobre a saúde da população.
Disponibilizar dados e informações referentes ao processo de gestão – instalação da sala de situação.
Identificar áreas e populações expostas com maior vulnerabilidade de modo a organizar a resposta considerando os princípios de universalidade (atenção a todos os grupos populacionais vulneráveis, expostos e afetados), equidade (definindo as áreas e populações em que se deve intensificar as ações de saúde) e integralidade (organizando uma resposta que contemple a redução de riscos e de doenças de curto a longo prazos).
Contextualizar, por meio de indicadores epidemiológicos, a situação de saúde e os padrões espaciais e temporais das doenças e agravos no município.
Estabelecer padrões de referências para avaliações pós desastres dos efeitos sobre a saúde, identificando novos riscos e o agravamento dos existentes, subsidiando a formulação de políticas e avaliação de intervenções específicas no campo da saúde.
Coordenar as ações de manejo e resposta ao evento com base nos princípios de universalidade, equidade e integralidade.
Coordenar as ações de manejo e resposta ao evento com base nos princípios estratégicos do SUS de descentralização e regionalização no âmbito intramunicipal.
Coordenar as ações de manejo e resposta ao evento intersetorialmente (envolvendo outros setores para além do setor saúde) e regionalmente (envolvendo outras secretarias municipais de saúde, além da Secretaria Estadual de Saúde).
Contextualizar as áreas e populações mais vulneráveis expostas aos desastres para adoção dos princípios de universalidade, equidade e integralidade nas respostas.
Implantar uma sala de situação para monitoramento diário do evento e seus agravos.
Promover articulação intrasetorial - áreas técnicas e administrativas da Secretaria, Região de Saúde e Secretaria de Estado.
Disponibilizar veículos tipo caminhonete, com motorista, para auxiliar no



	deslocamento das equipes nos atendimentos das emergências.
Recuperação: Reabilitação e Reconstrução	Promover a avaliação pós-evento (lições aprendidas).
	Elaborar Relatório da Atuação da SEMUS para o evento, após seu encerramento.
	Coordenar as ações de recuperação e reabilitação com base nos princípios de universalidade, equidade e integralidade.
	Coordenar as ações de recuperação e reabilitação da saúde de modo descentralizado e regionalizado municipalmente, de modo a garantir a universalidade, a equidade e a integralidade no acesso à saúde.
	Produzir relatório sobre o evento e atualizar o plano de preparação e resposta do setor saúde com base nas lições aprendidas, fortalecendo as capacidades municipais de respostas e a articulação intersetorial, intermunicipal e com a Secretaria Estadual de Saúde.
	Produzir relatório sobre o evento e atualizar o Plano de preparação e resposta do setor saúde considerando o contexto das áreas e populações mais vulneráveis afetadas pelos desastres para, segundo os princípios de universalidade, equidade e integralidade, bem como de descentralização e regionalização, organizar melhor as capacidades de preparação articuladas com ações de prevenção de riscos.

VIGILÂNCIA EM SAÚDE DE POPULAÇÕES EXPOSTAS AOS RISCOS ASSOCIADOS AOS DESASTRES (VIGIDESASTRES)	
NÍVEIS OPERACIONAIS	AÇÕES
Redução de risco: Prevenção, Mitigação e Preparação	Realizar monitoramento da situação climática e riscos hidrológicos por meio de análise CEMADEN, Inmet Boletins e alertas da Defesa Civil e rumores na mídia.
	Emissão de alertas sobre potenciais emergências em saúde pública por desastres.
	Propor e implementar ações de políticas de vigilância em saúde, como normativas, diretrizes, planos, manuais, protocolos e procedimentos.
	Realizar análise de situação em saúde, com identificação das vulnerabilidades do território e apoio técnico na elaboração de planos de resposta.
	Identificar fatores de riscos e populações vulneráveis, por meio da construção de mapa de ameaças, vulnerabilidades e riscos presentes no território.
	Promover articulação intersetorial e interinstitucional (Defesa Civil, Corpo de Bombeiros, Assistência Social, Secretaria Estadual de Saúde) e outras secretarias para estabelecer fluxos de comunicação e de divulgação de alertas.
	Fornecer informações para o COE-Saúde, para a Regional e para o CIEVS ou estrutura equivalente.
	Apoio à mobilização, funcionamento e à desmobilização de Sala de Situação em Saúde ou do Centro de Operações de Emergências em Saúde Pública – COE.
	Planejar e programar em situações de eventos extremos a solicitação de kits de medicamentos e insumos para calamidade pública, conforme Portaria GM/ MS nº 874, de 04 de maio de 2021.
	Atualizar anualmente e divulgar o “Plano de Contingência da Vigilância em Saúde Ambiental de Populações Expostas aos Desastres Naturais no Município de Vitória - Módulo Movimentos de Massa e Inundações/Alagamentos”, mantendo atualizado os contatos dos responsáveis pelos setores da rede de saúde municipal que atuam em situações de desastres.
	Promover simulado preparatório para desastres provocados por chuvas intensas.



	Planejar capacitação para os profissionais dos setores saúde para atuação em emergências em saúde pública por desastres.
Manejo do desastre: Alerta e Resposta	Intensificar o monitoramento da situação climática e riscos hidrológicos por meio de análise CEMADEN, Inmet, Boletins e alertas da Defesa Civil e rumores na mídia.
	Intensificar a emissão de alertas sobre potenciais emergências em saúde pública por desastres para o setor saúde municipal.
	Intensificar análise de situação em saúde durante a emergência.
	Produzir boletins caso necessário e disseminar por meio da mídia as informações de saúde relacionadas ao evento.
	Prestar apoio técnico, presencial e/ou virtual nas respostas às emergências em saúde pública.
	Articular em conjunto com o CIEVS, Vigilância Sanitária e Assistência social o monitoramento dos abrigos
	Participar ativamente na mobilização, funcionamento e à desmobilização de Sala de Situação em Saúde ou do Centro de Operações de Emergências em Saúde Pública – COE, fornecendo informações pertinentes ao desastre.
	Manter escala de plantão para acionamento, quando necessário, dos próximos níveis de resposta.
	Realizar análise de situação em saúde elaborando informes sobre doenças e agravos relacionados ao evento e orientações para redução dos riscos, em especial para a população afetada pelo desastre.
	Intensificar a articulação intersetorial e interinstitucional entre os diversos atores para execução das ações estabelecidas no plano.
	Fornecer informações para o COE-Saúde, para a Regional e para o CIEVS ou estrutura equivalente.
	Manter comunicação efetiva entre CIEVS, Vigilância Epidemiológica ou estrutura equivalente com troca de informações pertinente ao desastre.
	Realizar e consolidar o preenchimento da Ficha de Notificação da Avaliação de Danos em Saúde – Situação de Desastre e suas atualizações encaminhando à SESA.
	Estabelecer estratégias de resposta coordenada em articulação com os atores externos (SESA e MS) em caso de perda de capacidade resposta.
	Análise de solicitação e envio de kits de medicamentos e insumos para a população acometida por desastres de acordo com a portaria GM/MS nº874 de 2021.
Recuperação: Reabilitação e Reconstrução	Propor estudos e pesquisas para apoio nas etapas de resposta e reabilitação de localidades atingidas por desastres.
	Revisar os indicadores e metas das ações do programa Vigidesastres e avaliar seu progresso.
	Avaliar o impacto e danos causados pelo evento e propor ações de reabilitação.
	Produzir relatório final das ações de saúde realizadas durante o evento desastre.
	Consolidar, preencher e encaminhar a Ficha de Notificação da Avaliação de Danos em Saúde - Situação de Desastre à SESA com o encerramento do evento.
	Reavaliar as ações implementadas para redução da exposição da população aos riscos à saúde decorrentes de desastres naturais e tecnológicos, considerando as lições aprendidas.



CENTRO DE INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE (CIEVS)	
NÍVEIS OPERACIONAIS	AÇÕES
Redução de risco: Prevenção, Mitigação e Preparação	Acompanhar a previsão do tempo e ameaças de alertas junto à Defesa Civil.
	Realizar levantamento de rumores na mídia.
	Fornecer informações para setores de interesse, o CIEVS Estadual ou estrutura equivalente, bem como para a Vigilância em Saúde Ambiental
	Manter acessibilidade 24 horas por dia, 07 dias na semana, em todos os dias do ano, através de telefone móvel (27 98107-0243) ou e-mail (notifica@vitoria.es.gov.br).
	Identificar emergências epidemiológicas, de modo contínuo e sistemático, por meio de notificação telefônica, eletrônica e mineração de informações nos principais meios de comunicação (Clipping CIEVS).
	Detectar precocemente surtos e adotar ações de controle.
Manejo do desastre: Alerta e Resposta	Orientar, corretamente e em tempo hábil, a coleta de material específico para esclarecimento diagnóstico diante de agravo notificado de interesse em saúde pública.
	Realizar busca ativa de pacientes, no município, com suspeita ou confirmação de agravos inusitados, incluindo óbitos suspeitos destes agravos.
	Auxiliar as áreas técnicas da Vigilância em Saúde Municipal, em situações que requeiram intervenção, como: ocorrência de surtos, modificação no padrão da doença/agravo, eventos inusitados e Emergências em Saúde Pública.
	Desencadear respostas rápidas e coordenadas através da articulação com as diversas áreas envolvidas no processo, de acordo com a demanda.
	Realizar ligações diárias para o Serviço de Verificação de Óbito (SVO) para busca de óbitos por doenças de notificação e ser ponto focal para achados diagnósticos de DAE's pelo SVO.
	Utilizar o Instrumento de Decisão do Regulamento Sanitário Internacional (RSI) 2005 durante a investigação de eventos, com o objetivo de avaliar sua relevância em saúde pública.
	Informar, imediatamente, ao CIEVS ES e ao CIEVS Nacional a ocorrência de agravos de interesse em saúde pública, notificados no município.
	Detectar e controlar os surtos de doenças e agravos decorrentes de desastres.
	Fornecer informações para o COE-Saúde, o CIEVS Estadual ou estrutura equivalente, bem como para setores de interesse.
	Monitorar a situação epidemiológica dos abrigos e alojamentos temporários.
	Apoiar o Vigidesastres nas ações que demandem intervenções rápidas de investigação de campo.
	Elaborar em conjunto com as demais vigilâncias as orientações para as equipes locais quanto a medidas de saneamento, controle de vetores e planejamento urbano, para prevenção de doenças e agravos de interesse epidemiológico em situações de desastres.
Recuperação: Reabilitação e Reconstrução	Contextualizar, por meio de informes/boletins epidemiológicos e comunicados de risco, a situação de saúde e os padrões espaciais e temporais de doenças e agravos no município, possibilitando estabelecer referências para avaliações pós-desastres dos efeitos sobre a saúde pública, identificando novos e o agravamento dos existentes, subsidiando a formulação de políticas e avaliação de intervenções específicas no campo da saúde com base nos princípios de universalidade, equidade e integralidade.



COORDENAÇÃO DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (CVE)	
NÍVEIS OPERACIONAIS	AÇÕES
Redução de risco: Prevenção, Mitigação e Preparação	Conhecer o perfil epidemiológico da população do município, identificando as principais necessidades, em caso de desastres.
	Capacitar profissionais considerando risco epidêmico.
	Detectar precocemente surtos e adotar ações de controle.
	Analisar série histórica, por semana epidemiológica, nos períodos correspondentes a ocorrência dos desastres, das doenças e agravos relacionados a inundações.
	Alinhar ações intersetoriais da VE com os demais atores da secretaria.
	Organizar fluxo de notificação.
	Detectar precocemente surtos e adotar ações de controle.
Manejo do desastre: Alerta e Resposta	Orientar, corretamente e em tempo hábil, a coleta de material específico para esclarecimento diagnóstico diante de agravo notificado de interesse em saúde pública.
	Investigar todos os óbitos suspeitos de patologias febris íctero-hemorrágicas notificados pelo SVO.
	Retroalimentar as fontes notificadoras oportunamente.
	Realizar notificação de agravos de notificação imediata, contidos na Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública, e também receber notificações de agravos via fax, telefone, whatsapp e/ou e-mail.
	Realizar investigação epidemiológica e desenvolver as medidas de prevenção e controle, caso o evento esteja contido na Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública.
	Realizar orientações aos profissionais da rede municipal de saúde quanto às condutas relativas aos diversos agravos, em relação às especificidades da notificação, oportunidade de coleta, identificação e envio de amostras, oportunidade de investigação, acesso a medicamentos de bloqueio, imunobiológicos e outros insumos e protocolos de manejo clínico, quando solicitado.
	Produzir e encaminhar relatórios para todos os setores envolvidos da SEMUS/PMV, e serviços afins, conforme demanda solicitada.
	Detectar e controlar os surtos de doenças e agravos decorrentes de desastres.
	Monitorar as doenças e agravos nas populações deslocadas para os abrigos temporários.
	Avaliação epidemiológica e definição de prioridades de atuação.
	Monitorar a saúde de populações afetadas pelo desastre.
	Capacitar profissionais considerando risco epidêmico.
	Elaborar boletim informativo diário.
	Orientar as ações previstas nos programas de controle de doenças transmitidas por vetores e roedores principalmente nas áreas de acampamentos, abrigos e áreas de adensamento populacional como forma de evitar a proliferação de roedores, mosquitos e outros vetores.
	Investigar casos suspeitos dos agravos de notificação.
	Reorientar o município quanto a riscos para organização ação da VE
	Manter os dados atualizados, realizando as notificações nos sistemas de informação, sempre que possível.
	Estabelecer fluxo de comunicação sobre informações inerentes a situação epidemiológica dos agravos.
	Elaborar em conjunto com as demais vigilâncias as orientações para as equipes locais quanto a medidas de saneamento, controle de vetores e



	planejamento urbano, para prevenção de doenças e agravos de interesse epidemiológico em situações de desastres.
Recuperação: Reabilitação e Reconstrução	Emitir informes/boletins epidemiológicos e comunicados de risco, a situação de saúde e os padrões espaciais e temporais de doenças e agravos no município.
	Estabelecer referências para avaliações pós-desastres dos efeitos sobre a saúde pública, identificando novos e o agravamento dos existentes.
	Formular políticas relacionadas no campo da saúde com base nas lições aprendidas de acordo com os princípios de universalidade, equidade e integralidade.
	Detectar e controlar os surtos de doenças e agravos decorrentes de desastres – especialmente no caso de abrigos.
	Fornecer informações para o COE-Saúde e para o CIEVS.

PROGRAMA MUNICIPAL DE IMUNIZAÇÕES (PMI)	
NÍVEIS OPERACIONAIS	AÇÕES
Redução de risco: Prevenção, Mitigação e Preparação	Estimular a busca ativa sistemática nos territórios de saúde de indivíduos não vacinados, com foco na imunização contra doenças imunopreveníveis por vacinação no contexto dos desastres naturais (vacinação contra tétano, rotavírus e hepatite A), respeitando o calendário preconizado pelo Programa Nacional de Imunizações (PNI).
	Fortalecer e estimular junto às equipes de Estratégia da Saúde da Família (ESF), a educação em saúde nos territórios com a finalidade de orientar as famílias quanto importância em manter a caderneta de vacinação atualizada.
	Manter as equipes de saúde atualizadas no que tange ao fluxo de atendimento e locais de aplicação de soro antivenenos, antirrábico e soro/imunoglobulina antitetânica.
	Monitorar as coberturas vacinais a fim de identificar áreas potenciais de risco de desenvolvimento de doenças preveníveis por imunização no contexto dos desastres naturais.
	Estabelecer locais que servirão como pontos estratégicos de vacinação.
Manejo do desastre: Alerta e Resposta	Promover ações de vacinação nas áreas identificadas como vulneráveis ofertando a vacinação oportuna conforme calendários de vacinação do PNI.
	Apoiar a equipe assistencial no fluxo de atendimento dos indivíduos que necessitarem de aplicação de soro antiveneno, antirrábico e/ou soro/imunoglobulina antitetânica.
	Solicitar insumos e imunobiológicos extras ao Programa Estadual de Imunização - PEI, caso necessário.
	Implantar locais que servirão como pontos estratégicos de vacinação, se necessário.
Recuperação: Reabilitação e Reconstrução	Verificar por meio de indicadores, a cobertura vacinal possibilitando estabelecer referências para avaliações pós-desastres dos efeitos sobre a saúde, com a finalidade de subsidiar a formulação de políticas e avaliação de intervenções específicas no campo das doenças imunopreveníveis no contexto dos desastres naturais.
	Desmobilizar os locais que servirão como pontos estratégicos de vacinação.



CENTRO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE AMBIENTAL (CVSA)	
NÍVEIS OPERACIONAIS	AÇÕES
Redução de risco: Prevenção, Mitigação e Preparação	Manter comunicação permanente e constante com CIEVS e Vigilância Epidemiológica.
	Identificar ameaças, riscos e vulnerabilidades presentes no território.
	Monitorar a qualidade da água para consumo humano, mantendo atualizados os dados de monitoramento no Sisagua, de controle (prestadora) e vigilância (saúde) com adoção das ações pertinentes.
	Fornecer informações para o COE-Saúde, para a Regional e para o CIEVS ou estrutura equivalente.
	Realizar inspeções sanitárias prediais para controle de vetores e avaliação das condições ambientais que representem risco à saúde em abrigos e alojamentos previstos no Plano de Contingência, para fins de preparação e resposta ao desastre.
	Avaliar a qualidade da água e as condições sanitárias de instalações e equipamentos referentes à distribuição, armazenamento e fornecimento de água para consumo humano em abrigos e alojamentos previstos no Plano de Contingência, para fins de preparação e resposta ao desastre.
	Realizar ações de educação em saúde com ênfase nas doenças de veiculação e transmissão hídrica, com abordagem sobre o manuseio e armazenamento adequado de água, limpeza e desinfecção de reservatórios e tratamento intradomiciliar por meio do uso de hipoclorito de sódio 2,5%.
	Prevê e programar solicitação a Regional de estoque de Hipoclorito de sódio 2,5%, para atendimento em situações de desastres.
	Realizar avaliação periódica de dados entomológicos para subsidiar as ações de controle de arboviroses, mantendo atualizados os bancos de dados disponíveis.
	Realizar ações de controle de roedores em áreas consideradas estratégicas, em especial pontos críticos de depósito irregular de lixo, de alagamento, deslizamento e áreas de maior fragilidade socioambiental.
	Promover ações de educação em saúde e sensibilização das comunidades do município, com vistas à prevenção de doenças e agravos, em especial quanto às medidas para prevenção e controle de roedores, animais sinantrópicos e peçonhentos e de mosquitos transmissores das arboviroses.
	Realizar ações de controle de arboviroses com base nos indicadores entomológicos, epidemiológicos e ambientais disponíveis, priorizando-se áreas de maior risco para transmissão.
Manejo do desastre: Alerta e Resposta	Cooperar com a atuação da Defesa Civil, quando necessário, e com o programa Vigidesastres, no preenchimento da Ficha de Notificação da Avaliação de Danos em Saúde - Situação de Desastre.
	Gerenciar a redução dos riscos nos abrigos e dos locais que estão diretamente dando suporte à população afetada pelo desastre por meio do controle de vetores (roedores, mosquitos e outros animais sinantrópicos) e vigilância da qualidade da água para consumo humano
	Manter comunicação permanente e constante com CIEVS e Vigilância Epidemiológica.
	Fornecer informações para o COE-Saúde, para a Regional e para o CIEVS ou estrutura equivalente.
	Intensificar o monitoramento da qualidade da água para consumo humano nas áreas afetadas vulneráveis, especialmente no caso de necessidade de suprimento externo de água ou uso de soluções alternativas.
	Solicitar e Distribuir hipoclorito de sódio 2,5% para as populações afetadas, com auxílio do efetivo municipal que atua nos territórios.
	Realizar ações educativas quanto a correta limpeza dos domicílios, ao manuseio e armazenamento adequado de água, limpeza e desinfecção de reservatórios e tratamento intradomiciliar por meio do uso do hipoclorito de



	sódio 2,5%, especialmente junto à população afetada.
	Realizar barreiras sanitárias, em articulação com a Vigilância Sanitária e outros parceiros, para fiscalizar os veículos transportadores de água para consumo humano (ex: carros-pipa).
	Identificar outras fontes seguras de abastecimento de água, tais como: carro-pipa, mananciais ou fontes naturais, poços rasos ou profundos, água de chuva etc, em caso de desastres que comprometam a qualidade da água fornecida à população, e contribuir para o suprimento de água potável.
	Avaliar os danos nos Sistemas de Abastecimento de Água (SAA), Soluções Alternativas Coletivas (SAC) e Soluções Alternativas Individuais (SAI), através do uso dos formulários ADAN-SUS, até o retorno à normalidade.
	Intensificar o monitoramento do parâmetro cloro residual livre nas diferentes formas de abastecimento de água para avaliar a necessidade do aumento da concentração de desinfetante, com intuito de garantir a desinfecção da água para consumo humano e o teor mínimo recomendado.
	Intensificar ações de controle de vetores, roedores e reservatórios, principalmente nas áreas vulneráveis e ou afetadas.
	Identificar se houve vazamento de produto químico perigoso que possa causar danos secundários, e adotar as medidas pertinentes.
	Intensificar as ações de educação em saúde e sensibilização das comunidades sobre o risco de proliferação de doenças transmitidas pelo consumo de água e alimentos contaminados e para evitar o aparecimento de focos de vetores e de acidentes por animais sinantrópicos e peçonhentos pós desastre natural.
	Elaborar em conjunto com as demais vigilâncias as orientações para as equipes locais quanto a medidas de saneamento, controle de vetores e planejamento urbano, para prevenção de doenças e agravos de interesse epidemiológico em situações de desastres.
Recuperação: Reabilitação e Reconstrução	Reavaliar as áreas e vias públicas do município consideradas estratégicas para o controle periódico de roedores, considerando a configuração dos territórios após o desastre.
	Manter comunicação permanente e constante com CIEVS e Vigilância Epidemiológica.
	Fornecer informações para o COE-Saúde, para a Regional e para o CIEVS ou estrutura equivalente.
	Manter as ações de educação em saúde, vigilância e controle de situações com risco para doenças por veiculação hídrica e por vetores pós desastre.
	Rever protocolos e fluxos de trabalho da vigilância ambiental, considerando a experiência obtida.
	Avaliar os danos nos Sistemas de Abastecimento de Água (SAA), Soluções Alternativas Coletivas (SAC) e Soluções Alternativas Individuais (SAI), através do uso dos formulários ADAN-SUS, até o retorno à normalidade.
	Verificar a qualidade da água da rede de abastecimento pós desastre.

CEREST (CENTRO DE REFERÊNCIA EM SAÚDE DO TRABALHADOR) E A CVST (COORDENAÇÃO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE DO TRABALHADOR)	
NÍVEIS OPERACIONAIS	AÇÕES
Redução de risco: Prevenção, Mitigação e Preparação	Planejar e executar ações voltadas para a promoção e educação em saúde dos trabalhadores, a fim de levar conhecimento sobre os possíveis agravos à saúde decorrentes de sua atividade laboral em uma situação de desastre.
	Fornecer informações sobre sua responsabilidade para o COE-Saúde, para a regional e para o CIEVS ou estrutura equivalente.
	Estabelecer estratégia de comunicação para ações interdisciplinares e intersetoriais no enfrentamento dos impactos no trabalho em situação de emergência.



	Elaborar medidas direcionadas para a prevenção de acidentes de trabalho e proteção da saúde dos trabalhadores expostos aos riscos decorrentes dos desastres, assim como dos trabalhadores envolvidos na reconstrução e reabilitação.
	Elaborar material orientador quanto as boas práticas de prevenção de acidentes de trabalho e proteção da saúde dos trabalhadores expostos aos riscos decorrentes dos desastres, assim como aos trabalhadores envolvidos na reconstrução e reabilitação.
Manejo do desastre: Alerta e Resposta	Executar/realizar ações voltadas para a proteção da saúde dos trabalhadores expostos, assim como dos trabalhadores envolvidos nas respostas (equipes de saúde e de resgate e salvamento).
	Realizar a vigilância e notificação das doenças e agravos relacionados ao trabalho resultantes da situação de emergência.
	Participar conjuntamente com o Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT) ou setor equivalente nas orientações sobre o uso de equipamentos de proteção individual e coletivos nas atividades de resgate e de limpeza e remoção de resíduos (lixo, lama, outros), produzidos nas áreas afetadas.
	Promover atendimento psicológico aos profissionais que atuarem na situação de emergência.
	Inspecionar os locais de trabalho e abrigos que por ventura possam surgir devido a necessidade local seguindo novas ocorrências.
	Orientar os possíveis trabalhadores voluntários que atuarão nos abrigos temporários e monitorar os “ambientes de trabalho” quanto as situações de risco.
	Providenciar divulgação ampliada de material orientador quanto as boas práticas de prevenção de acidentes de trabalho e proteção da saúde dos trabalhadores expostos aos riscos decorrentes dos desastres, assim como aos trabalhadores envolvidos na reconstrução e reabilitação.
	Agir como retaguarda especializada no cuidado de possíveis acidentes de trabalho e agravos relacionados ao trabalho durante o evento, bem como, encaminhamentos necessários para assistência.
Recuperação: Reabilitação e Reconstrução	Elaborar em conjunto com as demais vigilâncias as orientações para as equipes locais quanto a medidas de saneamento, controle de vetores e planejamento urbano, para prevenção de doenças e agravos de interesse epidemiológico em situações de desastres.
	Executar ações voltadas para a preservação da saúde dos trabalhadores envolvidos na reconstrução e reabilitação.
	Verificar o impacto dos desastres sobre a saúde dos trabalhadores que exerceram suas atividades no período do evento, por meio do processamento de informações sobre agravos ou acidentes relacionados ao trabalho.
	Orientar empregadores sobre o acompanhamento e monitoramento dos impactos dos desastres sobre a saúde dos trabalhadores (bombeiros, defesa civil, trabalhadores da saúde, entre outros) que exerceram suas atividades no período do evento e que foram expostos aos riscos ocupacionais.
	Articular apoio psicológico aos trabalhadores envolvidos nos atendimentos relacionados aos desastres.
	Atuar na continuidade do monitoramento dos agravos e doenças relacionadas ao trabalho decorrentes do desastre.
	Agir como retaguarda especializada no cuidado de possíveis acidentes de trabalho em decorrência da fase de reconstrução.



VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VISA)	
NÍVEIS OPERACIONAIS	AÇÕES
Redução de risco: Prevenção, Mitigação e Preparação	Realizar o controle de qualidade sanitária de serviços e produtos destinados ao consumo.
	Gerenciar a redução dos riscos nos abrigos: controle higiênico-sanitário dos alimentos, água (inclusive doações), medicamentos, vacinas e estrutura física.
	Fornecer informações para o COE-Saúde, para a regional e para o CIEVS ou estrutura equivalente.
	Orientar quanto às medidas de prevenção e as condições sanitárias dos transportes (água, alimento e trabalhadores).
	Avaliar as condições higiênico sanitárias dos locais a serem utilizados como abrigos e ou alojamentos temporários (tarefa a ser realizada em conjunto).
	Promover articulação intersetorial para organizar as ações de destinação de resíduos sólidos.
Manejo do desastre: Alerta e Resposta	Gerenciar a redução dos riscos nos abrigos referente ao controle higiênico-sanitário dos alimentos, água (inclusive doações), medicamentos, vacinas e estrutura física.
	Detectar e controlar os surtos de doenças e agravos decorrentes de desastres – especialmente no caso de abrigos (tarefa a ser realizada em conjunto).
	Orientar os comerciantes de produtos alimentícios, higiênicos, medicamentos etc, sobre os cuidados com os produtos que tiveram contato com a água da enchente.
	Intensificar as ações de gerenciamento de resíduos provenientes de serviços de saúde e dos abrigos (tarefa a ser realizada em conjunto)
	Avaliar a situação sanitária dos abrigos, dos estabelecimentos de saúde, da rede de frio e outros.
	Fiscalizar os estabelecimentos comerciais de produtos de higiene e alimentação que tenham sido atingidos e coibir a venda de produtos que possam causar problemas de saúde.
Recuperação: Reabilitação e Reconstrução	Elaborar em conjunto com as demais vigilâncias as orientações para as equipes locais quanto a medidas de saneamento, controle de vetores e planejamento urbano, para prevenção de doenças e agravos de interesse epidemiológico em situações de desastres.
	Realizar inspeções para reabertura de locais anteriormente interditados.
	Realizar orientação sanitária para pessoas e estabelecimentos afetados.
	Monitorar o descarte de produtos inutilizados por tipo de estabelecimento, orientando o gerenciamento de resíduos e indicando a destinação ambientalmente adequada.
	Orientar os comerciantes de produtos alimentícios, higiênicos, medicamentos etc, sobre os cuidados com os produtos que tiveram contato com água de enchente.

COORDENAÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA (CAB)	
NÍVEIS OPERACIONAIS	AÇÕES
Redução de risco: Prevenção, Mitigação e Preparação	Avaliar continuamente o perfil alimentar e nutricional da população, assim como seus fatores determinantes.
	Levantar grupos vulneráveis e/ou em situação de insegurança alimentar.
	Manter as ações de rotina de atenção à saúde das pessoas por ciclo de vida.
	Acompanhar e avaliar a situação de saúde em conjunto com a Vigilância em Saúde (notificações).
	Manter atualizado a classificação de risco das famílias pela atenção básica.



	Avaliar a estrutura física e funcional das unidades de saúde.
	Avaliar os estabelecimentos de saúde existentes, levando em consideração a localização, a estrutura do edifício, o acesso, os recursos existentes e os necessários.
	Manter equipes treinadas para atendimento de urgência emergência em toda a rede.
	Planejar ações preventivas de futuros agravos de acordo com o perfil da população residente e características dos territórios.
	Estabelecer locais que servirão como referência para o atendimento ambulatorial e hospitalar, bem como o fluxo de pacientes graves.
	Identificar grupos prioritários (crianças de 0-2 anos, idosos e acamados, pessoas com deficiência, transtorno mental grave, gestantes).
	Identificar riscos e vulnerabilidades.
	Avaliar os recursos disponíveis no setor saúde.
	Avaliar e reforçar (se necessário) a estrutura física e funcional das unidades de saúde.
	Seguir os protocolos e sistemas de acompanhamento e controle de doenças e agravos.
	Realizar ações de promoção à saúde e prevenção de agravos.
	Realizar ações de educação em saúde.
	Imunizar a população.
	Realizar acolhimento com classificação de risco para priorização de atendimentos.
	Prever Recursos humanos de outros municípios/estados para atendimento emergencial.
Manejo do desastre: Alerta e Resposta	Atentar para o Alerta de desastre.
	Articular-se com o COE-Saúde e COE-Geral, quando acionados.
	Fornecer ao COE-Saúde e ao COE-Geral as informações necessárias para a tomada de decisão.
	Utilizar estratégias de comunicação previstas nos planos de preparação, articulando os serviços da SEMUS, as gerências e o COE-Saúde.
	Fornecer os primeiros socorros às vítimas (unidade estabilizadora).
	Identificar na região de saúde os serviços que servirão de referências no território.
	Avaliar a situação de saúde local e armazenar e distribuir medicamentos e insumos.
	Manejar doenças e agravos decorrentes de desastres - diarreia, doenças pulmonares, malária, infecções cutâneas, anemia, etc.
	Realizar ações de promoção à saúde e prevenção de agravos.
	Imunizar a população.
	Identificar casos de subnutrição e referenciar para o tratamento.
	Seguir os protocolos e sistemas de acompanhamento e controle de doenças e agravos.
	Manejar doenças e agravos decorrentes de desastres.
	Realizar acolhimento com classificação de risco.
	Acionar remoção por meio do SAMU, nos casos de urgência e emergência.
	Acionar o transporte sanitário da SEMUS para eventos de baixa gravidade, de acordo com o protocolo Central de Transporte Sanitário (CTS).
	Solicitar Recursos humanos de outros municípios/estados para atendimento emergencial.
	Aplicar protocolos básicos para procedimentos de tratamento, incluindo admissões e referência e contrarreferência.
	Realizar pequenas cirurgias para condições agudas e encaminhar para instituições de referência quando necessário, conforme regulação.
	Intensificar ações de atenção à saúde para a população atingida,



	especialmente nos abrigos, com foco nos grupos com condições prioritárias: crianças, adolescentes, gestantes, idosos, doentes crônicos e pessoas com deficiência, e articular cuidado com o serviço de saúde de referência.
	Intensificar ações de vigilância dos aspectos associados à violência (física e sexual) e ao uso de drogas (lícitas e ilícitas), especialmente nos abrigos, e articular cuidado com o serviço de saúde de referência.
	Realizar o monitoramento da situação de saúde dos abrigados.
	Organizar com as equipes multiprofissionais dos serviços de saúde dos territórios a oferta de acolhimento e Primeiros Cuidados Psicológicos - PSPs aos atingidos.
	Disponibilizar profissionais para compor equipes de atendimento nas situações de emergências, por meio de contratação emergencial.
Recuperação: Reabilitação e Reconstrução	Seguir os protocolos e sistemas de acompanhamento e controle de doenças e agravos.
	Organizar as agendas com ampliação das vagas de demanda para atendimento prioritário aos atingidos pelos desastres.
	Aplicar protocolos e sistemas de acompanhamento e controle de doenças, incluindo condições crônicas relacionadas à saúde.
	Manter as ações de rotina de atenção à saúde das pessoas por ciclo de vida.
	Acompanhar e avaliar a situação de saúde em conjunto com a Vigilância em Saúde (notificações).
	Manter atualizado a classificação de risco das famílias pela atenção básica.
	Monitorar a situação de saúde das pessoas vulnerabilizadas pelo evento de desastre.
	Reavaliar e adequar se necessário, a estrutura física e funcional das unidades de saúde e centros de referência.
	Promover ações de orientação em saúde para identificação e prevenção de agravos.
	Manter o acompanhamento integral dos grupos prioritários (crianças de 0-2 anos, idosos e acamados, pessoas com deficiência, transtorno mental grave, gestantes).
	Manter atualizada a situação vacinal da população.
	Manter o acolhimento e classificação de risco.

COORDENAÇÃO DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA (CAE)	
NÍVEIS OPERACIONAIS	AÇÕES
Redução de risco: Prevenção, Mitigação e Preparação	Prever Recursos humanos de outros municípios/estados para atendimento emergencial.
	Manter as ações de rotina de atenção à saúde das pessoas por ciclo de vida.
	Acompanhar e avaliar a situação de saúde em conjunto com a Vigilância em Saúde (notificações).
	Avaliar a estrutura física e funcional dos centros de referência.
	Avaliar os estabelecimentos de saúde existentes, levando em consideração a localização, a estrutura do edifício, o acesso, os recursos existentes e os necessários.
	Manter equipes treinadas para atendimento de urgência emergência em toda a rede.
	Avaliar os recursos disponíveis no setor saúde.
	Avaliar e reforçar (se necessário) a estrutura física e funcional dos centros de referência.
	Seguir os protocolos e sistemas de acompanhamento e controle de doenças e agravos.
	Aplicar protocolo de triagem e priorização de atendimentos.



	Manter Rede de Atenção Psicossocial (RAPS).
	Realizar ação formativa com equipes dos serviços de saúde sobre primeiros cuidados psicológicos e atuação dos profissionais em contextos de emergências e desastres (buscar documentos para a formação).
Manejo do desastre: Alerta e Resposta	Articular cirurgias e procedimentos de alta complexidade, com a SESA.
	Solicitar Recursos humanos de outros municípios/estados para atendimento emergencial.
	Manter Rede de Atenção Psicossocial (RAPS).
	Realizar pequenas cirurgias para condições agudas e encaminhar para instituições de referência quando necessário, conforme regulação.
	Intensificar ações de atenção à saúde para a população atingida, especialmente nos abrigos, com foco nos grupos com condições prioritárias: crianças, adolescentes, gestantes, idosos, doentes crônicos e pessoas com deficiência, e articular cuidado com o serviço de saúde de referência.
	Dar continuidade ao processo de primeiros cuidados psicológicos aos atingidos.
	Seguir os protocolos e sistemas de acompanhamento e controle de doenças e agravos.
Recuperação: Reabilitação e Reconstrução	Ofertar atenção em saúde mental de forma prioritária aos atingidos pelos desastres e em sofrimento intenso pela rede de atenção psicossocial (RAPS).
	Promover a reabilitação física, incluindo atendimentos de fisioterapia, terapia ocupacional, e terapias alternativas.
	Seguir os protocolos e sistemas de acompanhamento e controle de doenças e agravos.
	Manter a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), reavaliar e adequar equipes e processos de trabalho se necessário.
	Encaminhar via regulação para a referência estadual, os pedidos de cirurgias para condições crônicas.

COORDENAÇÃO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA (COUE)	
NÍVEIS OPERACIONAIS	AÇÕES
Redução de risco: Prevenção, Mitigação e Preparação	Colocar em alerta equipes de profissionais, previamente cadastradas e capacitadas, para formação de equipes de triagem.
	Prever as unidades de remoção de forma extraordinária.
	Manter as ações de rotina de atenção à saúde das pessoas por ciclo de vida.
	Acompanhar e avaliar a situação de saúde em conjunto com a Vigilância em Saúde (notificações).
	Avaliar os estabelecimentos de saúde existentes, levando em consideração a localização, a estrutura do edifício, o acesso, os recursos existentes e os necessários.
	Manter equipes treinadas para atendimento de urgência emergência em toda a rede.
	Reforçar estruturas dos estabelecimentos de saúde (assistenciais e administrativos).
	Prever Recursos humanos de outros municípios/estados para atendimento emergencial.
	Estabelecer locais que servirão como referência para o atendimento ambulatorial e hospitalar, bem como o fluxo de pacientes graves.
	Prever o acionamento de equipes da Força Nacional do SUS para ampliação da capacidade de atendimentos, caso necessário.
	Avaliar os recursos disponíveis no setor saúde.
	Seguir os protocolos e sistemas de acompanhamento e controle de doenças e agravos.
	Aplicar protocolo de triagem e priorização de atendimentos.



Manejo do desastre: Alerta e Resposta	Seguir os protocolos e sistemas de acompanhamento e controle de doenças e agravos.
	Acionar as unidades de remoção de forma extraordinária.
	Solicitar Recursos humanos de outros municípios/estados para atendimento emergencial.
	Fornecer os primeiros socorros às vítimas (unidade estabilizadora).
	Identificar na região de saúde os serviços que servirão de referências no território.
	Solicitar ao MS o acionamento de equipes da Força Nacional do SUS para ampliação da capacidade de atendimentos, caso necessário.
	Acionar remoção por meio do SAMU, nos casos de urgência e emergência.
	Articular com a SESA a disponibilização de leitos hospitalares.
	Aplicar protocolos básicos para procedimentos de tratamento, incluindo admissões e referência e contrarreferência.
	Disponibilizar leitos para observação e atendimento dos pacientes em decorrência do desastre, de acordo com as necessidades.
Recuperação: Reabilitação e Reconstrução	Seguir os protocolos e sistemas de acompanhamento e controle de doenças e agravos

GERÊNCIA DE REGULAÇÃO, CONTROLE E AVALIAÇÃO (GRCA)	
NÍVEIS OPERACIONAIS	AÇÕES
Redução de risco: Prevenção, Mitigação e Preparação	Garantir a logística de transporte sanitário em casos de ocorrências de desastres.
	Garantir capacidade de atendimento especializado referenciado para rede própria e rede estadual de acordo com agravo.
Manejo do desastre: Alerta e Resposta	Disponibilização de vagas de consultas, exames e procedimentos especializados para a população afetada, de acordo com o agravo.
	Disponibilização de transporte sanitário para a população afetada dentro da capacidade instalada.
Recuperação: Reabilitação e Reconstrução	Disponibilização de vagas de consultas especializadas para a população afetada em situações pós desastre.
	Disponibilização de transporte sanitário para a população afetada nas situações pós desastre.

GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA (GAF)	
NÍVEIS OPERACIONAIS	AÇÕES
Redução de risco: Prevenção, Mitigação e Preparação	Programar, adquirir e monitorar o estoque de medicamentos, prevendo estoque estratégico para aqueles necessários em situações de desastres.
	Manter atualizada as informações sobre a utilização de medicamentos para tratamento de doenças crônicas e/ou de uso contínuo no Sistema Rede Bem Estar.
	Elaborar procedimentos operacionais padrão para estabelecimento de boas práticas de manuseio de medicamentos em situações de desastres.
	Elaborar procedimentos de recebimento, armazenamento e distribuição de ajuda humanitária e doações de medicamentos.
	Elaborar o fluxo de solicitação e recebimento do kit de medicamentos e insumos estratégicos ao Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde.
	Manter atualizado os documentos padrões da gerência armazenados em



	nuvem para manutenção das atividades da assistência farmacêutica em casos de desastres.
Manejo do desastre: Alerta e Resposta	Reiterar os procedimentos e fluxos existentes.
	Estabelecer mecanismos para a gestão e a utilização dos medicamentos, mantendo fluxo de informação diretamente com os pontos de atendimentos em funcionamento.
	Apurar os estoques após o evento de desastre.
	Solicitar os kits de medicamentos e insumos estratégicos ao Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde destinados a municípios atingidos por desastres.
	Executar os procedimentos para recebimento, armazenamento e distribuição de ajuda humanitária e doações de medicamentos.
	Adequar os kits à realidade local, complementando-o, caso necessário.
	Constituir equipes volantes para garantir a disponibilização de medicamentos para a população atingida.
	Prover os serviços de saúde ou pontos de assistência à população atingida com medicamentos, acompanhando seu consumo.
	Acompanhar a efetivação dos pontos de atendimento para adoção de medidas de controle de estoque e guarda de medicamentos.
	Estabelecer parcerias com os responsáveis pelos diferentes Componentes da Assistência Farmacêutica.
Recuperação: Reabilitação e Reconstrução	Acompanhar a desativação dos pontos de atendimento para recolhimento e demais providências quanto aos estoques remanescentes.
	Reintegrar os profissionais aos seus postos de trabalho de origem para continuidade da assistência prestada.
	Apurar e atualizar o consumo dos medicamentos para retomada das aquisições no Município.
	Restabelecer todas as atividades do setor da assistência farmacêutica na rede municipal de saúde.

LABORATÓRIO CENTRAL MUNICIPAL (LCM)	
NÍVEIS OPERACIONAIS	AÇÕES
Redução de risco: Prevenção, Mitigação e Preparação	Realizar diagnósticos, estudos, pesquisas, e levantamentos que forneçam subsídios à formulação de políticas, diretrizes e à implantação, manutenção e funcionamento de programas em conformidade com as políticas de saúde vigentes.
	Planejar e programar compras de todos os reagentes e insumos relacionados às análises clínicas.
	Supervisionar e gerenciar as coletas de materiais para exames laboratoriais, inclusive com reforço às equipes.
	Trabalhar conforme as normas e procedimentos técnicos de boas práticas, qualidade e biossegurança.
	Gerenciamento de insumos de coletas e análises para desastres através de compra emergencial e dispensa de licitação.
	Garantir a realocação recursos humanos para otimizar a realização de exames (conversa com RH).
	Garantir o fornecimento e distribuição de insumos para coleta, armazenamento e transporte.
	Garantir a contratação de profissionais que executam as análises dos exames (farmacêutico bioquímico, técnico e auxiliar de laboratório).
Manejo do desastre: Alerta e Resposta	Preparar equipes para coleta de materiais biológicos, assim como reforçar equipe internas para realizar exames com urgência.
	Definição de protocolo de coleta para crise no município.
	Avaliar a capacidade instalada e a necessidade de reforço nas capacitações para coleta, transporte, logística e execução de exames.



	Acionar laboratórios de referência para apoio em análises, caso necessário.
	Realocar os recursos humanos para otimizar a realização de exames (conversa com RH).
	Ampliar o número de profissionais que executam as análises dos exames (farmacêutico bioquímico, técnico e auxiliar de laboratório) para garantir o apoio diagnóstico necessário.
Recuperação: Reabilitação e Reconstrução	Realizar levantamento da necessidade dos exames laboratoriais necessários nesta etapa e viabilizar atendimento necessário.
	Reestruturar o laboratório, em caso de necessidade, e rever o elenco de exames laboratoriais necessários para diagnóstico dos agravos atuais.
	Monitorar em conjunto com a assistência os principais agravos para contribuir com os exames laboratoriais relacionados ao evento que acomete a população.
	Elaboração de relatórios para subsidiar ações de investigações epidemiológicas.

SETOR DE COMUNICAÇÃO	
NÍVEIS OPERACIONAIS	AÇÕES
Redução de risco: Prevenção, Mitigação e Preparação	Estabelecer fluxos de comunicação com os setores da SEMUS para o repasse correto de informações.
	Definir, orientar e apoiar um porta voz da saúde para comunicação de risco.
	Participar das reuniões do COE para atualizar a divulgação de informação.
	Produzir material informativo de prevenção e orientação para os municípios acerca de desastres com base no interesse da área técnica
	Promover junto aos meios de comunicação a divulgação de informes para a população de interesse para o controle de agravos.
	Organizar e implantar um sistema de comunicação da SEMUS para informar a população utilizando os meios de comunicação existentes (celular, rádio, telefone satélite, correio eletrônico, redes sociais), de preferência coordenados com outros órgãos e entidades governamentais.
Manejo do desastre: Alerta e Resposta	Obter informação junto ao COE sobre a situação geral do evento.
	Receber e encaminhar ao COE as demandas da mídia (rádio, TV, Jornal, etc).
	Elaborar Notas periódicas para a imprensa acerca da atuação do setor saúde no evento.
	Realizar gestão de fake News.
	Realizar comunicação em saúde, com divulgação das informações aos atores diversos e público em geral.
	Orientar a imprensa quanto aos riscos da cobertura in loco.
Recuperação: Reabilitação e Reconstrução	Realizar a gestão das fake news pós-evento.
	Elaborar Notas para a imprensa acerca da atuação do setor saúde no pós-evento.
	Elaborar informes sobre a situação de saúde pós-evento para a população, órgãos e entidades afins.



GERÊNCIA DA CENTRAL DE INSUMOS DA SAÚDE – ALMOXARIFADO (GCIS)	
NÍVEIS OPERACIONAIS	AÇÕES
Redução de risco: Prevenção, Mitigação e Preparação	Providenciar/comprar recursos materiais e equipamentos no que se refere a material médico-hospitalar, odontológico, insumo de limpeza e escritório após identificação das necessidades para a resposta.
	Liberação/Distribuição dos insumos referentes a materiais médico-hospitalares (gaze, ataduras, eletrodos, estetoscópio, etc), materiais de limpeza (hipoclorito, papel higiênico, papel toalha, álcool, etc), escritório (tesoura, caneta, pinças, etc) itens de patrimônio (armários, mesas, cadeiras), EPIs, materiais odontológicos e medicamentos.
	Manter o estoque e acompanhar as parcelas de atas para antecipação e atendimento das demandas para disponibilidade de materiais médico-hospitalares, materiais de limpeza, escritório e materiais odontológicos.
Manejo do desastre: Alerta e Resposta	Continuar realizando o fornecimento e distribuição de todos os insumos que venham a garantir os atendimentos de saúde de nossa rede, além de priorizar a logística para atendimento emergencial da população.
	O setor de compras da GCIS fará o controle de estoque e acompanhamento dos contratos e parcelas de atas, se necessário, para que não haja desabastecimento dos insumos, tendo em vista alteração das médias utilizadas em nossa rede.
Recuperação: Reabilitação e Reconstrução	Utilização do estoque físico que encontra-se armazenado na GCIS.
	Na sequência a Central de insumos priorizará a aquisição direta, o adiantamento das parcelas das atas e a utilização de aditivos dos contratos. Caso os equipamentos danificados sejam de alta complexidade sugere-se que seja decretado estado de calamidade para que haja celeridade na aquisição desses equipamentos.

GERÊNCIA DE SERVIÇOS E APOIO À ATENÇÃO (GSA)	
NÍVEIS OPERACIONAIS	AÇÕES
Redução de risco: Prevenção, Mitigação e Preparação	Manutenções preventivas e de rotina nas instalações, equipamentos e nos veículos da SEMUS
	Acompanhamento dos alertas e divulgação das informações junto às equipes
	**Manter as equipes de plantão de sobreaviso (24 horas) para atendimento de eventuais ocorrências - está verificando atualmente o ajuste do contrato da terceirizada
	Conscientizar os gestores dos fluxos de trabalho do GSA
	Acompanhar o processo de emissão de alvarás, certidões e demais documentos pertinentes das instalações da SEMUS
	Manutenção dos serviços de apoio nas instalações da SEMUS (segurança, limpeza)
	**Recolhimento de materiais inservíveis, manutenção de mobiliário (com patrimônio), inserção de patrimônio em bens que não sejam de consumo
Manejo do desastre: Alerta e Resposta	Limpeza e descontaminação dos ambientes das instalações da SEMUS (US, PA, entre outros)
	Vistoria predial de urgência nos setores integrantes da SEMUS para avaliação de danos e de eventuais necessidades
	Produção de relatórios técnicos acerca das vistorias de urgência realizadas
	Desencadear respostas rápidas e coordenadas através da articulação com áreas de outras secretarias (SEMOB, SETRAN e SEMMAM)
Recuperação: Reabilitação e	Providenciar as devidas manutenções e reparos nos equipamentos, instalações e veículos
	Limpeza e descontaminação dos ambientes das instalações da SEMUS (US,



Reconstrução	PA, entre outros)
	Revisar, se pertinente, os contratos vigentes com os prestadores, bem como os fluxos de trabalho

GERÊNCIA DE TRABALHO EM SAÚDE (GTS)	
NÍVEIS OPERACIONAIS	AÇÕES
Redução de risco: Prevenção, Mitigação e Preparação	Identificar os profissionais/perfis dentro da rede SEMUS para atuação em momentos de desastres
	Planejar remanejamentos necessários para suprir as necessidades in loco
	Realizar parcerias com instituições de ensino e ongs para recrutamento de voluntários da área da saúde para atendimento em situações de desastre
	Realizar um pré-cadastro de voluntários para situações de emergências em desastres
Manejo do desastre: Alerta e Resposta	Garantir contratação emergencial de profissionais da saúde para atendimento em caso de desastres
	Analisar e realizar os remanejamentos necessários para suprir as necessidades in loco
Recuperação: Reabilitação e Reconstrução	Garantir a continuidade dos serviços essenciais dos recursos humanos até a normalização

GERÊNCIA DE LICITAÇÃO (GL)	
NÍVEIS OPERACIONAIS	AÇÕES
Redução de risco: Prevenção, Mitigação e Preparação	Acompanhar as atualizações da legislação e das normas de procedimentos referentes à licitação
	Promover e/ou recomendar a capacitação das áreas requisitantes para aquisições nos casos de emergências ou casos de calamidade pública, conforme Lei federal n 14133/2021
Manejo do desastre: Alerta e Resposta	Garantir o cumprimento da Lei federal n 14133/2021 e das Normas de procedimentos n SCL -NP13 e SCL -NP08 nas situações de emergência e calamidade pública
	Acompanhar e monitorar o processo licitatório em resposta ao evento
Recuperação: Reabilitação e Reconstrução	Garantir a continuidade dos processos de licitação de rotina e os aditivos dos processos emergenciais, se for o caso, até a normalização



REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. **Sistema Integrado de Informações sobre Desastres (S2ID): relatório gerencial – danos informados**. Brasília: MIDR, 2025.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Defesa Civil. **Classificação e Codificação Brasileira de Desastres – COBRADE**. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria GM/MS nº 4.185, de 01 de dezembro de 2022**. Brasília: Ministério da Saúde, 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. Departamento de Emergências em Saúde Pública. **Guia para elaboração de planos de contingência**. Brasília: Ministério da Saúde, 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. Departamento de Emergências em Saúde Pública. **Guia de avaliação pós-evento para emergências em saúde pública** [recurso eletrônico]. Brasília: Ministério da Saúde, 2025. 56 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. Departamento de Emergências em Saúde Pública. **Plano de contingência para emergências em saúde pública por chuvas intensas e desastres associados** [recurso eletrônico]. Brasília: Ministério da Saúde, 2025. 76 p.

COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS (CPRM). **Institucional: a CPRM e suas atribuições**. Disponível em: <https://www.cprm.gov.br>. Acesso em: 10 mar. 2026.

FREITAS, C. M. et al. **Guia de preparação e respostas do setor saúde aos desastres**. Rio de Janeiro: Fiocruz; Secretaria de Vigilância em Saúde, 2018.

FREITAS, C. M. et al. **Guia – preparação para resposta à emergência em saúde pública por inundações graduais**. Rio de Janeiro: ENSP/Fiocruz, 2021.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Estado da Saúde. **Sistema de Informação em Saúde e-SUS Vigilância em Saúde (e-SUS VS)**. Vitória, 2024. Disponível em: <https://app.wiki.saude.es.gov.br/vigilanciasaude/paineis>. Acesso em: 10 mar. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2025.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS). **Mudança do clima para profissionais da saúde: guia de bolso**. Washington, DC: OPAS, 2020. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/documentos/mudanca-doclima-para-profissionais-da-saude-guia-bolso>. Acesso em: 10 mar. 2026.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA (ES). Secretaria Municipal de Saúde. Gerência de Vigilância em Saúde. Centro de Vigilância em Saúde Ambiental (VIGIDESASTRES). **Plano de contingência da saúde frente aos desastres naturais no município de Vitória: módulo movimento de massa e inundações/alagamentos**. Vitória: Secretaria Municipal de Saúde, 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA (ES). Secretaria Municipal de Saúde. **Rede Bem Estar**. Vitória, 2024. Disponível em: <https://saude.vitoria.es.gov.br/Autenticar/Login/>. Acesso em: 10 mar. 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA (ES). Secretaria Municipal de Obras. Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil. **Plano de contingência de proteção e defesa civil**. Vitória, 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA (ES). Secretaria Municipal de Obras. Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil. **Plano de contingência de proteção e defesa civil – PMPDC: versão 2025/2026**. Vitória, 2025.



APÊNDICES

APÊNDICE A - LISTAGEM E CONTATOS DAS UNIDADES DE SAÚDE, PRONTO ATENDIMENTOS, CENTROS DE ATENÇÃO, REFERÊNCIA E ESPECIALIDADES DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA(ES).

Nº	CNES	Nome da UBS/ESF – Bairros de abrangência	Endereço	E-mail	Contato	OBS
1	12092	USF - Andorinhas - Dr. Luis Cláudio Passos	R. Emílio Ferreira da Silva, 160 - Andorinhas, Vitória - ES, 29045-055	usandorinhas@vitoria.es.gov.br	3382-6759	
2	12068	USF Ariovaldo Favalessa – Alagoano - (Caratoíra e Ariovaldo Favalessa)	Servidão Ernesto Caliarí, s/n -Caratoíra	usfavalessa@vitoria.es.gov.br	3132-5196 3222-1997	
3	11975	US Bairro Do Quadro – Avelina Maria Lacerda Gonçalves (Vila Rubim, Do Cabral, Do Quadro e Santa Tereza)	Rua Lucidato Vieira Falcão, 5 –Bairro do Quadro	usmqadro@vitoria.es.gov.br	3132-5092 3132-5093	
4	12114	USF Bairro da Penha – Dr. Gilson Santos (Bairro da Penha, parte de Bonfim, parte de Itararé e parte de São Benedito)	Rua Padre Luiz Koester , 78, Bairro Da Penha	dusbpenha@vitoria.es.gov.br	3382-6760 3382-6761 3382-3062 3224-1893	
5	12122	US Bairro República– Dr. Jolindo Martins -EACS (B.República, Morada de Camburi, Mata da Praia, Goiabeiras e Boa Vista)	End: Av. Rozendo Serapião de Souza Filho, 490, República	usbrepública@vitoria.es.gov.br	3135-2035 3135-2037	
6	28185	USF Bonfim/Thomaz Tommassi (Bairro Bonfim)	Rua Diáscoro Carneiro Filho, s/nº-Bonfim	usbonfim@vitoria.es.gov.br	3132-2055 3382-3056	
7	12254	USF Conquista – Maria Leda (Nova Palestina, parte de Redenção e Conquista)	Rodovia Serafim Derenzi, 6090 – Conquista.	usspedrov@vitoria.es.gov.br	3317-9610 3385-4304	Funcionamento ampliado em apoio aos Prontos-Atendimentos*
8	12165	USF Consolação – Maria Rangel de Passos - (Gurigica, Consolação, Horto, São Benedito e parte de Itararé)	Rua Desembargador Otávio de Carvalho Lengruber, 185-Consolação	usconsolacao@vitoria.es.gov.br	3382-6744 3382-6745	
9	12173	USF Fonte Grande – Dr. Affonso Schwab - (Fonte Grande, Piedade e parte do Centro)	Rua Graciano Neves, nº 352, Centro	usfgrande@vitoria.es.gov.br	3132-5116 3132-5117	
10	11827	USF Forte São João – Dr. Bolivar de Abreu (Forte São João, Romão e	Av. Mal. Mascarenhas de Moraes,	usfsjoao@vitoria.es.gov.br	3132-5191	



		Cruzamento)	1185, Forte São João			
11	11894	USF Grande Vitória (Grande Vitória, Estrelinha, Universitário e Inhanguetá)	Rua da Vitória 1, 112 Grande Vitória	usgvitoria@vitoria.es.gov.br	3323-9222 3323-9312	
12	12076	USF Ilha das Caieiras – Vereador Nenel Miranda - (Ilha das Caieiras, São Pedro, Santos Reis e Comdusa)	Rua Felicidade Correia dos Santos, 40, São Pedro	usicaieiras@vitoria.es.gov.br	3132-5086	
13	11916	USF Ilha do Príncipe – Dr. Manoel Rocha Coutinho - (Ilha do Príncipe)	Rua Fenelon Gomes, 138 Ilha do Príncipe	usiprincipe@vitoria.es.gov.br	3132-2116 3132-5088	
14	12157	UBS Ilha Santa Maria (Fradinhos, parte de Jucutuquara, Ilha de Santa Maria, Monte Belo e Nazareth)	R. João Bastos Vieira, s/n - Ilha de Santa Maria,	usismaria@vitoria.es.gov.br	3132-5089 3132-5090 3233-4910	
15	7468466	USF Itararé – Dilson dos Santos Loureiro	Rua Arlindo Sodré, 260, Itararé	usitarare@vitoria.es.gov.br	3381-6905	
16	11924	UBS Jabour – Dr. Carlito Von Shilgen - (Jabour, Aeroporto, Sólton Borges, Antônio Honório, Segurança do Lar e parte de Maria Ortiz)	Rua Engº César Dantas, 176, Jabour	usjabour@vitoria.es.gov.br	3135-2030 3135-2031	
17	12033	UBS Jardim Camburi – Raul Oliveira Nunes - (Jardim Camburi)	Rua Belmiro Teixeira Pimenta, 640, Jardim Camburi	usjcamburi@vitoria.es.gov.br	3138-8130 3138-8131 3237-2419	
18	11878	USF Jardim da Penha – Otaviano Rodrigues de Carvalho (Jardim da Penha, Pontal de Camburi e parte da Mata da Praia)	Avenida Francisco Generoso da Fonseca, 320, Jardim da Penha	usjpenha@vitoria.es.gov.br	3315-7921 3382-6749	
19	11797	USF Jesus de Nazareth – Dr. Luiz Castellar da Silva (Jesus de Nazareth)	Rua Helena Muller, 168 Jesus de Nazareth	usjnazareth@vitoria.es.gov.br	3382-6740 3382-6741	
20	11908	UBS Maria Ortiz (Maria Ortiz)	Rua Profº Renato Ribeiro dos Santos, 271, Maria Ortiz	usmortiz@vitoria.es.gov.br	3327-3337 3135-2034	Funcionamento ampliado em apoio aos Prontos-Atendimentos*
21	11959	USF Maruípe (De Lourdes, Maruípe, Santa Cecília e Santos Dumont)	Rua Victor Fritoli Navarro, 20, Maruípe	usmaruipe@vitoria.es.gov.br	3382-6738	Funcionamento ampliado em apoio aos Prontos-Atendimentos*
22	28177	USF Praia do Suá – Lucilo Borges Sant’anna (Santa Helena, Enseada do Suá, Praia do Suá, Bento Ferreira e Ilha do Boi)	Rua Caetano Tunholi, s/n Enseada do Suá	uspsua@vitoria.es.gov.br	3382-6512	Funcionamento ampliado em apoio aos Prontos-Atendimentos*
23	2630001	USF Resistência (Resistência e parte de	Rua Nossa Senhora da	usresistencia@vitoria.es.gov.br	3382-6762	

		Conquista)	Conceição, 270, Resistência			
24	12149	USF Santo André (Redenção, Santo André e São José)	Rua da Coragem, 180, Santo André	ussandre@vitoria.es.gov.br	3323-8130 3332-7825	
25	11789	USF Santo Antônio – Júlio César Prates - (Santo Antônio, Mário Cypreste, Bela Vista e parte de Santa Tereza)	Rua Ernesto Bassini, 165, Santa Tereza	ussantonio@vitoria.es.gov.br	3132-5096 3132-5098	Funcionamento ampliado em apoio aos Prontos-Atendimentos*
26	7145721	USF São Cristóvão (São Cristóvão, Tabuazeiro e parte de Joana D'Arc)	Rua Alcides Lyrio do Nascimento, 60, Tabuazeiro	usscristovao@vitoria.es.gov.br	3345-8422 3345-8653	
27	5032644	USF Santa Luíza – Dr. José Moyses (Santa Luíza, Santa Lúcia, Barro Vermelho, Praia Do Canto, Ilha do Frade)	Rua Dr. João Carlos de Souza, 330, Santa Luíza	ussluiza@vitoria.es.gov.br	3135-3001 3135-3005 3385-4542	
28	3925757	USF Santa Martha – Benedito Gomes da Silva (Santa Martha e Joana D'arc)	Rua Getúlio Miranda, 70, Santa Martha	ussmarta@vitoria.es.gov.br	3324-7558 3317-1510	A unidade também pode ser acessada pelo Whatsapp, no número 99291-5038.**
29	12262	USF Centro- Geny Grijó (Centro, Do Moscoso, Parque Moscoso e Santa Clara)	Rua Cais de São Francisco, 54, Parque Moscoso	usvitoria@vitoria.es.gov.br	3132-5102 3132-5103	
30	2675110	Pronto Atendimento Praia do Suá / Infantil	Rua Almirante Tamandaré n.15, Praia do Sua.	papraiaadosua@vitoria.es.gov.br	3137-2776	
31	11835	Pronto Atendimento São Pedro	Rodovia Serafim Derenzi, nº 4570 - São José	pasaopedro@vitoria.es.gov.br	3132-5100 3132-5099	
32	3038467	Centro Municipal de Especialidades de Vitória	Avenida Dário Lourenço de Souza, 120 - Mário Cypreste	dcme@vitoria.es.gov.br	3322-3892	
33	11983	Centro de Referência de Atendimento ao Idoso Crai	Avenida Dário Lourenço de Souza, 120 - Mário Cypreste	dcrai@vitoria.es.gov.br	3132-5010	
34	12084	Centro de Referência em Infecções Sexualmente Transmissíveis/HIV (Centro de Referência em IST AIDS)	Rua Cais de São Francisco, 54 - Centro	dduids@vitoria.es.gov.br	3132-5106 3132-5108 3132-5109	
35	5526175	Centro de Atenção Psicossocial Infanto Juvenil - CAPSi	Rua Amélia da Cunha Ornelas, 431 - Bento Ferreira	dduids@vitoria.es.gov.br	3225-3698	
36	12351	Centro de Atenção Psicossocial Caps II	Rua José de Carvalho, 404, Ilha de Santa Maria	dcaps@vitoria.es.gov.br	3132-5111 3132-5110	
37	7603592	Centro de Atenção Psicossocial São Pedro (CAPS III)	Rodovia Serafim Derenzi, 4570 - São José	dcapssp@vitoria.es.gov.br	3332-8094 3332-8133	

38	12041	Centro de Atenção Psicossocial álcool e outras drogas - CAPS AD III	Rua Álvaro Sarlo, 181 - Ilha de Santa Maria	dcapsad@vitoria.es.gov.br	3132-5104	
----	-------	---	---	---------------------------	-----------	--

*Unidade de Saúde com horário de atendimento ampliado, funcionando de segunda a sexta, de 07 às 22h e aos finais de semana e feriados de 07 às 19 horas, em apoio aos Pronto-Atendimentos.

**A unidade também pode ser acessada pelo Whatsapp, no número 99291-5038. Apenas mensagens, não recebe ligações.

OBS: A Secretaria Municipal de Saúde (SEMUS) oferece serviços (consultas e exames) de especialidades por meio da rede própria, de convênios com hospitais filantrópicos, de contratos com a rede particular, e também pela rede Sistema Único de Saúde (SUS)/Secretaria de Estado da Saúde (SESA).



APÊNDICE B - LISTAGEM E CONTATOS DOS HOSPITAIS, PRONTO-SOCORROS E MATERNIDADES, LOCALIZADOS NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA (ES).

<u>PLANO MUNICIPAL DE DESASTRES NATURAIS NA ATENÇÃO À SAÚDE – VITÓRIA/ES</u>				
Nº	CNES	NOME DO HOSPITAL	ENDEREÇO	CONTATO
1	N/I	Pronto-Socorro Drª Milena Gottardi E Centro De Oncologia Pediátrica, Do Hospital Estadual Infantil De Vitória (HPM)	Avenida Jaír Etienne Dessaune, Nº 230, Bento Ferreira. Cep 29045-160	(27) 3636-7535 / (27) 3198-7491
2	11800	Hospital Estadual Infantil Nossa Senhora Da Glória (HINSG)	Alameda Mary Ubirajara, 205 - Santa Lúcia, Vitória - Es, Cep 29056-030	(27) 3636-7584 / 3636-7532 / 3227-0022 / 3636-7535
3	0012017	Hospital Da Polícia Militar (HPM)	Av Joubert De Barros 555 , Bento Ferreira, Cep: 29050720.	(27) 3137-1753 / 3636-6500/ 3636-6568,
4	0011746	Hospital Da Santa Casa De Misericórdia De Vitoria	Rua Dr João Dos Santos Neves 143, No Bairro De Vila Rubim Em Vitória - Es, Cep: 29018180.	(27)3322-0074 /3212-7200
5	6559131	Hospital Estadual Central	Rua São José 76, Parque Moscoso Em Vitória - Es, Cep: 29010430.	(27) 3636-4700 / 3636-4701
6	7621442	Hospital Estadual De Urgência E Emergência (HEUE)	Rua Desembargador José Vicente 2212, Bl 1 2 3 E 4 No Bairro De Forte São João Em Vitória - Es, Cep: 29017090.	(27)3194-0101 / 3194-0109
7	0011738	Hospital Santa Rita De Cássia Afec	Avenida Marechal Campos 1579, No Bairro De Santa Cecília Em Vitória - Es, Cep: 29043260.	(27) 3334-8000
8	0011819	Hospital São Lucas	R. Raimundo Nonato, 1095 ·Forte S João , Vitória - Es, 29017-160	(27) 3194-0101 / 3636-8431
9	4044916	Hospital Universitário Cassiano Antônio Moraes Hucam	Av Marechal Campos 1355, No Bairro De Santa Cecília Em Vitória - Es, Cep: 29043260.	(27) 3335-7161/3335-7414 / 3335-7100 / (27) 3335-7222 / 3335-7443
10	0011991	Hospital Da Associação Dos Funcionários Públicos Do Espírito Santo (HAFPES)	Rua Pedro Palacio 155, Cidade Alta	(27) 3232-5708
11	3167895	Hospital Unimed Vitoria	Rua Marins Alvarino Nº 365, Itararé	27 33344246



12	3089142	Maternidade Unimed	Rua Constante Sodre, Nº 60, Santa Lúcia	(27) 3235-5300
13	7019351 /0271748	Hospital Total Health /Medsenior Vitória	Avenida Leitão Da Silva Nº 981, Gurigica	(27)3019-5976/3027-1400 3027-1466
14	5633079	Hospital De Olhos Capixaba	Avenida Rosendo Serapião De Souza Filho , Nº 95, Mata Da Praia	(27)3227-1811
15	0548650	Enseada Prime Hospital	Rua Dukla De Aguiar Nº 129	(27)3315-2031
16	3188213	Maternidade Santa Úrsula	Rua Desembargador Jose Fortunato Ribeiro Nº 30, Mata Da Praia	(27)2122-4028
17	3530159	Maternidade Santa Paula	Rua Herwan Modenese Wanderley Nº 100, Jardim Camburi	(27)3395-2000
18	0011843	Maternidade Pro Matre	Av Vitoria Nº 1114, Forte São João	(27)3223-3350
19	2705591	Clinica De Acidentados De Vitória	Av Dario Lourenco Souza Nº 101, Mario Cypreste	(27)3232-2266

APÊNDICE C- QUANTIDADE TOTAL DE LEITOS DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR
NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA, PARA O MÊS DE OUTUBRO DE 2025.

Município	Quantidade de Leitos Disponíveis
Vitória	1833

ANEXOS**ANEXO 1 - PORTARIA SEMUS Nº 41/2024 PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA EM 13 DE JUNHO DE 2024****SECRETARIA DE SAÚDE****PORTARIA Nº 041**

A Secretária Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 117, inciso III da Lei Orgânica do Município de Vitória;

R E S O L V E:

Art. 1º. Instituir o Programa Municipal de Vigilância em Saúde dos Riscos Associados aos Desastres - Vigidesastres no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS do Município de Vitória, conforme Portaria GM/MS nº 4.185, de 1º de dezembro de 2022.

Art. 2º. O Vigidesastres tem por finalidade o desenvolvimento de ações de vigilância em saúde relativas à gestão de riscos de emergências em saúde pública por desastres.

Art. 3º. São conceitos estabelecidos pelo Ministério da Saúde no âmbito do Vigidesastres:

I - desastre: resultado de eventos adversos, naturais ou tecnológicos, sobre um ecossistema vulnerável causando danos humanos (mortes, lesões, enfermidades), materiais ou ambientais e consequentes prejuízos econômicos e sociais, além da interrupção do funcionamento normal de uma comunidade ou sociedade, excedendo a capacidade local de responder utilizando seus próprios recursos (humanos, materiais e financeiros);

II - desastres naturais: desastres causados por processos ou fenômenos naturais (hidrológicos, climatológicos, meteorológicos e geológicos), que podem implicar perdas humanas ou outros impactos à saúde, danos ao meio ambiente e à propriedade, que provocam interrupção dos serviços e distúrbios sociais e econômicos;

III - desastres tecnológicos: desastres originados de condições tecnológicas ou industriais (químicos, biológicos, radiológicos e nucleares), incluindo acidentes, incidentes ou atividades humanas

específicas que podem implicar perdas humanas ou outros impactos à saúde, além de danos ao meio ambiente e à propriedade, interrupção dos serviços e distúrbios sociais e econômicos, podendo ocorrer de forma intencional ou não;

IV – emergência em saúde pública por desastres: situação que demande o emprego urgente de medidas de prevenção, de controle e de contenção de riscos, de danos e de agravos à saúde pública, bem como de atendimento de saúde à população afetada, em caráter de urgência, em eventos de desastres naturais e/ou tecnológicos;

V - gestão de riscos de emergência em saúde pública por desastres: conjunto de ações de vigilância em saúde voltadas à preparação, monitoramento, alerta, comunicação, resposta e reabilitação às emergências em saúde pública por desastres;

VI – evento de saúde pública: situação que pode constituir potencial ameaça à saúde pública, como desastres de origem natural ou tecnológica, ocorrência de surto ou epidemia, doença ou agravo de causa desconhecida, alteração no padrão clínico epidemiológico das doenças



conhecidas, considerando o potencial de disseminação, a magnitude, a gravidade, a severidade, a transcendência e a vulnerabilidade, bem como epizootias ou agravos decorrentes de desastres ou acidentes; VII – Vigidesastres: programa de vigilância em saúde ambiental associada aos riscos de desastres, que propõe o desenvolvimento de ações contínuas no âmbito da saúde pública, com um modelo de atuação nas diferentes etapas de gestão do risco.

Art. 4º. Para fins desta seção, os desastres são reconhecidos como eventos de saúde pública, de origem natural ou tecnológica, sendo as suas tipologias classificadas conforme a Classificação Codificação Brasileira de Desastres (COBRADE) e suas atualizações.

Parágrafo único. No Sistema Único de Saúde, a Vigilância em Saúde Ambiental dos riscos associados aos desastres tem como objetivo organizar o setor saúde para atuar na prevenção, preparação e resposta aos desastres de origem natural e tecnológica, promovendo ações para redução do risco, manejo dos desastres e recuperação dos seus efeitos.

Art. 5º. A gestão do Vigidesastres ficará a cargo da Vigilância em Saúde do Município de Vitória.

Parágrafo único. A operacionalização das atividades do Vigidesastres será conduzida pelo Centro de Vigilância em Saúde Ambiental (CVSA).

Art. 6º. São diretrizes de ação do Vigidesastres, dentre outras:

I - adoção de estratégias nas ações de preparação e resposta às emergências em saúde pública por desastres;

II - gestão de riscos por meio de estratégias para planejamento, alerta, intervenção, comunicação, monitoramento e resposta às emergências em saúde pública por desastres ou eventos com potencial de ocasionar desastres;

III - adoção da perspectiva multirrisco, considerando os potenciais impactos dos desastres para a saúde pública, diretos e indiretos, de curto, médio e longo prazo, tendo como premissa a preparação prévia para uma atuação coordenada e eficiente;

IV - promoção da articulação intrasetorial, intersetorial e interinstitucional, considerando as especificidades das respectivas atuações de cada setor da SEMUS, bem como de outras secretarias na gestão de risco de desastres;

V - cooperação e intercâmbio técnico-científico com organizações governamentais e não governamentais sobre gestão de riscos de emergências em saúde pública por desastres;

VI - identificação de lacunas de conhecimento e proposição de mecanismos para aperfeiçoamento das estratégias municipais de preparação e resposta às emergências em saúde pública por desastres.

Art. 7º. Compete no âmbito do Vigidesastres a gestão de riscos relativa às emergências em saúde pública por desastres e compreenderá principalmente atuação nas seguintes fases:

I - preparação contra desastres;

II - monitoramento, alerta e comunicação; e

III - resposta e reabilitação.



Parágrafo único. As ações em cada fase a serem realizadas no contexto do Programa Vigidesastres serão detalhadas em dispositivo técnico – Plano de contingência - observando a legislação aplicável.

Art. 8º. São instrumentos de operacionalização do Vigidesastres:

- a) **GESTÃO DE RISCOS:** Ações de vigilância à saúde, com foco na preparação, monitoramento, alerta, comunicação, resposta e reabilitação às emergências em saúde pública por desastres. A gestão de riscos nada mais é que o conjunto de decisões administrativas, organizacionais e operacionais desenvolvidas pelos órgãos governamentais e não governamentais, com a sociedade, para a implementação de políticas e estratégias que visam ao fortalecimento de suas capacidades para a redução do impacto das emergências em saúde pública.
- b) **PLANO DE CONTINGÊNCIA (PC):** refere-se a um documento trazendo o planejamento das ações, a partir de uma análise da situação de risco de desastres, definindo também ações de monitoramento, alerta e alarme, ações para preparação e resposta ao evento adverso.
- c) **SALA DE SITUAÇÃO DE SAÚDE:** refere-se ao espaço físico e virtual de inteligência em saúde para análise sistemática de uma equipe técnica, a fim de caracterizar a situação de saúde de uma população.
- d) **COMITÊ DE OPERAÇÕES EMERGENCIAIS EM SAÚDE (COE-SAÚDE):** refere-se a uma estrutura organizacional com intuito de analisar dados e informações, contribuindo para a tomada de decisão dos gestores e técnicos, da criação de ações assertivas no enfrentamento de emergências em saúde pública.
- e) **PLANO DE AÇÃO EM EMERGÊNCIAS (PAE):** refere-se ao grupo de ações técnicas e administrativas para prover o cenário favorável para ação em situações de emergência, com respostas ordenadas, atribuições e responsabilidades definidas, recursos humanos e materiais, de acordo com o cenário.
- f) **AVALIAÇÃO DE DANOS HUMANOS E SERVIÇOS DE SAÚDE (FORMULÁRIO ADAN-SUS A):** refere-se a um formulário que avalia o tipo de evento ocorrido, os efeitos dos danos à população, aos serviços públicos e às instalações de saúde.
- g) **AVALIAÇÃO DE DANOS E IDENTIFICAÇÃO DE NECESSIDADES EM SAÚDE (FORMULÁRIO ADAN-SUS B):** refere-se a um formulário que identifica o tipo de evento ocorrido, a situação de emergência, as necessidades mais urgentes.
- h) **SIMULADOS:** são exercícios práticos de preparação para os desastres, que implicam na mobilização de recursos, pessoas e instituições para avaliar, em tempo real, a resposta de cada envolvido frente a um dado cenário com risco de desastres. Tem como objetivo avaliar as ações realizadas, os recursos empreendidos, o tempo de resposta frente as situações/cenários simulados, e promover a capacitação, treinamento e melhoria das equipes para enfrentar adequadamente uma situação de emergência real.
- i) Outros instrumentos/ferramentas tecnológicas e sistemas poderão ser utilizados para execução das ações do programa VIGIDESASTRES.

Art. 9º. Em caso de formalização do Comitê de Operações de Emergência do setor saúde (COE Saúde), este deverá ser constituído por representantes das seguintes áreas e serviços: I – Gabinete do (a) Secretário (a)



- a) Secretário (a) Municipal de Saúde
- b) Assessoria de Comunicação e Mobilização Social
- c) Subsecretaria de Atenção em Saúde;
- d) Subsecretaria de Apoio Estratégico.

II – Gerência de Atenção em Saúde (GAS)

- a) Coordenação de Atenção Básica
- b) Coordenação de Atenção Especializada
- c) Coordenação de Urgência e Emergência

III – Gerência de Vigilância em Saúde

- a) Centro de Informações Estratégicas em Vigilância em Saúde – CIEVS
- b) Coordenação de Vigilância Epidemiológica
- c) Coordenação de Vigilância em Saúde do Trabalhador
- d) Gerência de Vigilância Sanitária
- e) Direção do Centro de Vigilância em Saúde Ambiental

IV – Gerência de Assistência Farmacêutica (GAF)

V – Gerência de Regulação, Controle e Avaliação (GRCA)

VI - Gerência da Central de Insumos de Saúde – Almoxarifado (GCIS)

VII - Gerência de Serviços e Apoio à Atenção (GSA)

VIII - Laboratório Municipal Central (LCM)

§ 1º. O COE-Saúde será estabelecido para fins de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, em eventos de desastres que configurem situação de emergência ou estado de calamidade pública, reconhecidos pelo Poder Executivo, em que seja extrapolada a capacidade de resposta do setor saúde.

§ 2º. A responsabilidade pela ativação e desativação do COE- Saúde será do (a) Secretário (a) Municipal de Saúde.

Art. 10. Compete à Secretaria Municipal de Saúde editar normas específicas e complementares para o funcionamento do Programa Vigidesastres.

Art. 11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Vitória, 10 de junho de 2024

Magda Cristina Lamborghini

Secretária Municipal de Saúde



ANEXO 2 - RELAÇÃO DE ÁREAS DE ABRIGAMENTO/RESPONSÁVEIS

1- ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA E CALAMIDADE PÚBLICA

Rua Manoel Marques, nº 475, Bairro São Cristóvão

Responsável:

Subsecretária Carla Mognato Scardua Shalders

Gerente: Anacyrema da Silveira Silva

Coordenador: Maurício de Souza

Capacidade: 7 famílias

Telefone: 98141-0241 // 99105-0075

OBS: Quando as remoções ultrapassarem a capacidade de acolhimento do abrigo inicialmente previsto (7 famílias), durante a vigência do Plano Municipal de Proteção e Defesa Civil (PMPDC), o município dispõe de espaço previamente definido para a instalação de abrigo provisório emergencial no Sambão do Povo, localizado na Avenida Dário Lourenço de Souza, s/n, bairro Mário Cypreste, complemento: 2ª arribancada do Sambão do Povo. Na impossibilidade de utilização desse local, como nos períodos de Carnaval e Vital ou durante a execução de obras, o Grupo de Ações Coordenadas da Defesa Civil Municipal (GAC) poderá ser acionado para definir novos locais de abrigamento, conforme a necessidade.

